



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
BACHARELADO EM RELAÇÕES PÚBLICAS

FÁBIO LUIZ DOS SANTOS SILVA

RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS: O CONTEXTO DIPLOMÁTICO DOS
JOGOS OLÍMPICOS DE INVERNO PEQUIM 2022

MACEIÓ-AL
2023

FÁBIO LUIZ DOS SANTOS SILVA

**RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS: O CONTEXTO DIPLOMÁTICO DOS
JOGOS OLÍMPICOS DE INVERNO PEQUIM 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Relações Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Mac-Dawison Buarque Lins Costa.

Maceió-AL
2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586r Silva, Fábio Luiz dos Santos.
Relações públicas internacionais : o contexto diplomático dos Jogos Olímpicos de Inverno Pequim 2022 / Fábio Luiz dos Santos Silva. - 2023.
60 f. : il. color.

Orientador: Mac-Dawison Buarque Lins Costa.
Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso em Relações Públicas) –
Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências, História, Comunicação e Artes.
Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 55-60.

1. Jogos Olímpicos de Inverno (24. : 2022 : China). 2. Direitos humanos. 3. Comunicação. 4. Olimpismo. 5. Relações públicas internacionais. I. Título.

CDU: 659.44(100)

“Somente o homem tem o poder de transformar seus pensamentos em realidade física, somente o homem pode sonhar e fazer dos seus sonhos uma realidade”.

— **Napoleon Hill.**

RESUMO

Uma das maiores nações do planeta, a China, em sua capital Pequim (*Beijing*) foi palco do Jogos Olímpicos de Inverno de 2022, evento que acontece quadrienalmente, sempre dois anos após os jogos de verão e que tem como cerne da sua existência a celebração da paz entre os povos. Tendo acontecido somente um ano após o previsto devido à pandemia de COVID-19, o palco de celebração mundial desportiva fora desvirtuado por uma série de eventos e discursos políticos e diplomáticos. Mediante importância histórica de tal megaevento, este trabalho resulta de um estudo qualitativo dos acontecimentos em torno dos Jogos Olímpicos de Inverno Pequim/CN 2022. Isso será construído a partir de pesquisas históricas, bibliográficas e narrativas jornalísticas para compreender a história dos Jogos Olímpicos desde a Grécia Antiga, sua importância cultural e política para os povos gregos. Ademais, serão também objetos de estudo neste trabalho caracteres essenciais acerca da comunicação organizacional envolvida na estruturação de um evento desse porte, Megaevento, desde os padrões internacionais de infraestrutura balizados pelos organismos que gerenciam esse tipo de evento, como o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional de Futebol (FIFA), proporcionando amplas reformas nas cidades-sede, com o ideário de propor os legados. Por fim, serão levantados os aspectos diplomáticos vividos nos Jogos Olímpicos de Inverno Pequim/CN 2022, precedidos de uma análise qualitativa acerca da diplomacia como objeto das Relações Públicas Internacionais, a partir do século XX até os dias atuais, percebendo sua importância através de uma correlação entre o espírito do Olimpismo apresentado na Carta Olímpica e a valorização dos Direitos Humanos, preconizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Palavras-chave: China; Jogos Olímpicos; Direitos Humanos; comunicação; Olimpismo.

ABSTRACT

One of the largest nations on the planet, in 2022, China, in its capital Beijing, hosted the Winter Olympic Games, an event that takes place every four years, always two years after the summer games and which has at its core its existence the celebration of peace between peoples. Taking place just one year later than expected due to the COVID-19 pandemic, the stage for global sporting celebration had been distorted by a series of political, and diplomatic events and speeches. Given the historical importance of such a mega-event, this work focuses on the qualitative study of the events that revolved around the Beijing/CN 2022 Winter Olympic Games. This will be built on historical, bibliographical research and journalistic narratives to understand the history of the Olympic Games since Ancient Greece, understanding its cultural and political importance for the Greek people. Furthermore, essential characters regarding the organizational communication involved in structuring an event of this size, a Mega-event, will also be objects of study in this work, from international infrastructure standards set out by the organizations that manage this type of event, such as the International Olympic Committee (IOC), and the International Football Federation (FIFA), providing broad reforms in the host cities, with the idea of proposing legacies. Finally, the diplomatic aspects experienced at the Beijing/CN 2022 Winter Olympic Games will be raised, preceded by a qualitative analysis of diplomacy as an object of International Public Relations, from the 20th century to the present day, realizing its importance through a correlation between the spirit of Olympism presented in the Olympic Charter, and the appreciation of Human Rights recommended in the Universal Declaration of Human Rights (UDHR).

Keywords: China; Olympic Games; Humans Rights; communication; Olympism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa do Peloponeso	13
FIGURA 2 – Mix da Comunicação nas Organizações	26
FIGURA 3 – Estrutura Organizacional do Comitê Organizador das XXIX Olimpíadas em 2001	29
FIGURA 4 – Estrutura Organizacional do Comitê Organizador das XXIX Olimpíadas em 2008	30
FIGURA 5 – Manchete do jornal O Globo: a Olimpíada e o legado social	33
FIGURA 6 – Capa do jornal O Globo (agosto/2006)	33
FIGURA 7 – Custo dos Jogos Olímpicos de Verão desde Sidney (2000) até Rio (2016)..	35
FIGURA 8 – Custo dos Jogos Olímpicos de Verão desde Sidney (2000) até Rio (2016) [apenas investimentos públicos]	35
FIGURA 9 – Grupo de japonesas observam a Declaração Universal dos Direitos Humanos durante visita à sede interina da ONU, em Nova Iorque	41
FIGURA 9 – Grupo de japonesas observam a Declaração Universal dos Direitos Humanos durante visita à sede interina da ONU, em Nova Iorque	46
FIGURA 10 – Encontro entre Xi Jinping e Vladimir Putin em 2020	51

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Cidades-sede dos Jogos Olímpicos de Verão da era moderna.....	17
QUADRO 2 – Cidades-sede dos Jogos Olímpicos de Inverno.....	18
QUADRO 3 – Quadro de Medalhas: Olimpíadas de Verão, Pequim (China) 2008.....	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOCOG	<i>Beijing Organizing Committee for the games</i>
BRA	Brasil
CAS	Côrte Arbitrária do Esporte
CNPC	<i>China National Petroleum Corporation</i>
COI	Comitê Olímpico Internacional
COJO	Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos
CON	Comitê Olímpico Nacional
COVID-19	<i>Corona Virus Disease 2019</i>
DH	Direitos Humanos
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EBC	Empresa Brasileira de Comunicação
EUA	Estados Unidos da América
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FRA	França
GRE	Grécia
HRW	<i>Human Rights Watch</i>
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
ING	Inglaterra
ISIS	Estado Islâmico
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
ROC	Comitê Olímpico Russo
RUS	Rússia
SARS-CoV-2	Vírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WADA	Agência Mundial Antidoping

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A HISTÓRIA DOS JOGOS OLÍMPICOS	12
2.1	A Trégua Olímpica do Peloponeso	12
2.2	O Fim das Olimpíadas e o Ressurgimento com Pierre de Coubertin	15
2.3	China: ascensão à Potência Olímpica	18
3	A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL EM MEGAEVENTOS	22
3.1	Comunicação Organizacional como fruto da comunicação humana	22
3.2	Comunicação, Cultura e Organização em Megaeventos: Olimpíadas China 2008	27
3.3	Legado Olímpico como ferramenta comunicacional	32
4	O CONTEXTO DIPLOMÁTICO NOS JOGOS OLÍMPICOS	37
4.1	Relações Públicas Internacionais: a diplomacia	37
4.2	COI e ONU: Direitos Humanos e Olimpismo	43
4.3	Os Eventos Diplomáticos nos Jogos de Inverno Pequim/CN 2022	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia, estruturada em três capítulos e cujo foco acadêmico é a pesquisa em Relações Públicas Internacionais, promove um estudo de caso acerca dos eventos diplomáticos acontecidos nos Jogos Olímpicos de Inverno 2022 em Pequim, China (CN). Sua produção baseou-se na tríade compondo a relevância que o tema Olimpíadas carrega consigo e que a estrutura deste trabalho condiciona em sua apreciação.

Integram essa tríade os aspectos históricos das Olimpíadas, desde suas características cultural e religiosa dos tempos da Grécia helênica; sua extinção, a partir da invasão do Império Romano ao território grego; adentrando a fase moderna, renovada no fim do século XIX pelo Barão de Coubertin. Este idealiza os Jogos a partir da definição de princípios e da institucionalização que, embora possa tornar suscetível a interpretação de profissionalismo nos esportes, com a criação do Comitê Olímpico Internacional (COI), promove um “culto ao amadorismo”, denotando a importância do não envolvimento político e comercial que o evento deve ter.

A segunda parte da tríade caracteriza a face comunicacional que o megaevento possui. Trazendo autores importantes, como Tavares (2011), que trata da definição de um Megaevento e suas nuances; e Kunsch (2006), definindo características de comunicação organizacional e cultural, como fruto da comunicação humana e explicitando como essa área da comunicação é encontrada e interfere na organização de eventos desse porte.

Por fim, temos a terceira parte, que trata do cerne desse trabalho: o aspecto diplomático envolto nos Jogos Olímpicos, o qual sempre foi historicamente relevante. Num período em que a democracia e a política se resumiam a poucas cidades-estados gregas, a trégua olímpica era respeitada e suas funções de gerar diálogo entre os povos e a disseminação da cultura de paz tornavam-se mais importantes do que qualquer vantagem de guerra à época.

Nos tempos modernos, mesmo diante de uma idealização apartada das frentes políticas, as Olimpíadas ainda são referência de exposição cultural, vitrine para investimentos e métodos educacionais para a população anfitriã.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender a importância diplomática, comunicacional e histórica dos Jogos Olímpicos, mediante análise do contexto dos Jogos de Inverno 2022 em Pequim/CN.

Os objetivos específicos estão delimitados em apreender, dentro do estudo de caso, as características históricas, comunicacionais e diplomáticas do objeto em foco, com ênfase no

papel dos interlocutores — que nesse estudo são a China, a Rússia e os países aliados aos Estados Unidos da América (EUA).

A metodologia aplicada no estudo foi uma construção qualitativa acerca do tema, mediante revisão bibliográfica e recurso aos autores especializados nas áreas abordadas — história, comunicação organizacional e Relações Públicas Internacionais —, dentre outros, ao longo dos três capítulos do texto; bem como matérias em renomados portais eletrônicos do cenário nacional e internacional, como material de apoio, para evidenciar com fatos os eventos recentes que ainda não foram academicamente apreciados.

2 A HISTÓRIA DOS JOGOS OLÍMPICOS

Os Jogos Olímpicos surgiram na Grécia Antiga, por volta dos anos 776 a.C, em Olímpia¹, situada na cidade-estado de Élida, trazendo homenagens aos deuses gregos. Devido ao alto número de conflitos entre povos gregos, o evento, disputado num intervalo de 4 anos, representava mais que um certame desportivo, uma trégua frente aos embates recorrentes à época.

As Olimpíadas foram disputadas durante séculos, até que o imperador romano Teodósio baniu a realização dos jogos no ano de 393 d.C., num ato de radicalização aos cultos pagãos, em virtude da aceitação do cristianismo como religião única em Roma.

2.1 A Trégua Olímpica do Peloponeso

Naquele contexto, a vastidão do território helênico era composta por subdivisões autônomas, entendidas como cidades-estados, cada uma compreendendo a administração da pólis de formas distintas e, muitas vezes, controversas, nas quais diversas batalhas sangüinárias foram travadas no decorrer da história grega, sendo a Guerra do Peloponeso a principal delas.

Tucídides, historiador aristocrata ateniense que viveu entre os anos 460 e 400 a.C, tomou como trabalho de vida a realização do registro mais específico, realístico e detalhado dos fatos sobre a Guerra do Peloponeso, que durou 27 anos, entre 431-404 a.C, sendo considerada o embate mais importante do período, travado entre Esparta e Atenas pelo controle hegemônico exercido sob o território grego.

Influenciado por “[...] figuras brilhantes de sua época em Atenas, então em seu apogeu” (Jaguaribe, 2001. p. 41), Tucídides teve seu trabalho registrado em 8 livros, que só vieram a ser publicados *post-mortem*, já que o historiador faleceu antes que o embate do Peloponeso viesse a cabo, tendo Xenofonte — também historiador, vivo entre 430 e 350 a.C. (Schmaelter, [s.d.]) — como aquele que encerrara seu trabalho de uma vida.

Ressalta-se que o Peloponeso foi uma região que, à época, esteve sitiada por mais de 30 cidades-estados, tendo Esparta (Lacedemônia) como a principal delas, bem como no que diz respeito à força militar, e compreendendo a Liga do Peloponeso, fundada no século VI a.C.

¹ Local originário dos Jogos Olímpicos, situado a 325km de Atenas. Até os dias modernos a chama olímpica ainda é acesa em Olímpia. Disponível em: <https://www.agrecladoseu jeito.com/blog/olimpia>. Acesso em: 7 nov. 2023.

FIGURA 1 – Mapa do Peloponeso



Fonte: reproduzido de Mundo Educação / Portal UOL. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/guerra-peloponeso.htm>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Em certo momento de sua história, os povos helênicos no lado espartano e do Peloponeso e Atenas, bem como os povos iônicos, se reuniram para impedir a ascensão do povo persa, liderado pelo rei Xerxes, que tentara impor a servidão do povo grego enviando milhares de soldados em duas expedições fracassadas.

Diante do conhecimento da chegada de soldados persas, um congresso pan-helênico se reuniu em Corinto no ano de 481 a.C, com seus integrantes tendo compreendido a necessidade de resistência por intermédio de uma união entre povos. Com isso, “[...] A Liga do Peloponeso, fundada no século VI e Atenas e seus aliados iônicos, formaram uma aliança e juraram mútua defesa e comum ação contra os persas, com pronta suspensão de querelas recíprocas, como a corrente guerra entre Atenas e Egina” (Jaguaribe, 2001, p. XXVI).

Dentre os acontecimentos de guerra nos 27 anos de batalha, a Guerra do Peloponeso foi subdividida em cinco momentos nos escritos de Tucídides. Inicialmente, diante de relatos arqueológicos, o autor atenta para a importância daquele embate, que refletia o descontentamento do povo helênico do Peloponeso com a ascensão do poder político ateniense. A segunda parte cobriu o período dos 10 anos anteriores ao acordo e tratado de paz, aceito entre

atenienses e lacedemônios. Paz que não se aplicava na prática, pois, por diversos momentos, ambos os lados descumpriam promessas como a devolução de terras conquistadas e anistia de presos, por exemplo, sendo esse período de “paz” objeto da terceira parte dos escritos de Tucídides. A quarta e a quinta partes descrevem outras duas guerras, ocorridas no período cronológico final do conflito Atenas/Esparta: as guerras da Sicília e da Decêleia.

No entanto, mesmo se tratando de um conflito longo e bastante violento, um evento continuava hegemônico nos anseios geopolíticos dos povos helênicos: os Jogos Olímpicos.

No quinto livro, Tucídides relata a ocorrência da 90ª edição dos Jogos Olímpicos, no ano de 420 a.C., descrevendo a vitória do Arcádio Andróstenes na luta livre e as sanções impostas ao povo espartano, em decorrência do descumprimento do regulamento dos jogos. Os Eleus — que detinham a guarda desse regulamento, muito em função de Olímpia estar localizada em seus territórios — alegaram que “[...] os lacedemônios haviam atacado a fortaleza Eléia de Fircos e enviado um destacamento de hoplitas a Lêpreon durante a trégua olímpica. A multa era de duas mil minas, ou seja, duas minas para cada hoplita segundo o regulamento” (Sato *et al.*, 2001, p. 328). Tal punição não foi aceita pelos lacedemônios, que tentaram reivindicar da decisão, reforçando a importância não só de competir nos jogos, mas de poder executar suas ofertas aos deuses num ambiente sagrado para todos os gregos à época. O autor descreveu os momentos de apreensão vividos por todos os espectadores diante de uma possível represália dos espartanos, não só pelo banimento sofrido, mas pelo acontecimento em uma prova de hipismo na qual

Licas filho de Arcesílaos haver sido vergastado pelos árbitros na pista hípica, porque quando a sua parelha de cavalos venceu e foi anunciada como pertencente aos beócios (ele não tinha o direito de competir por ser lacedemônio) Licas avançou até a pista e coroou o condutor, querendo mostrar que o carro era seu?!. Todos ficaram ainda mais apreensivos e parecia que iriam ocorrer desordens, mas os lacedemônios ficaram quietos e os jogos prosseguiram normalmente (Ibid., p. 328).

Diante desse relato, é notória a influência dos Jogos Olímpicos, mesmo num momento histórico pouco harmonioso na Grécia Antiga, sendo capazes de parar guerras em períodos preestabelecidos. A Trégua Olímpica acontecia durante o mês em que se realizavam os Jogos, cessando todas as atividades bélicas correntes no período.

2.2 O Fim das Olimpíadas e o Ressurgimento com Pierre de Coubertin

Séculos após o fim da Guerra do Peloponeso, a Grécia é invadida e passa a integrar o Império Romano, marcadamente em 149 a.C., sendo este o princípio do declínio cultural grego, que dentre suas várias manifestações detinha a realização dos Jogos Olímpicos.

Pautado numa conjectura de ampla conversão ao Cristianismo, o Império Romano preconizara diversas perseguições aos povos cristãos desde os impérios de Nero e Domiciano até seu apogeu, com Diocleciano, entre os anos de 298 e 303 d.C., por não aceitar a divinização do Deus cristão, principalmente em detrimento da adoração dos próprios imperadores como divindades na terra. Em consequência, as perseguições aconteceram ainda com o Imperador Galério, entre 305 e 310, que em leito de morte “[...] promulgou o Édito de Tolerância, permitindo que os cristãos se reunissem livremente desde que não atentassem contra a ordem pública” (Xavier, 2021, p. 68). A partir disso, principalmente com a chegada de Constantino, filho de Constâncio, que sucedera no império romano ocidental de Galério, as perseguições cessam e evoluem para a aceitação da diversidade religiosa por intermédio do Édito de Milão, criado em 313, em conjunto com Licínio, imperador no oriente, que facilitou a ampliação da divulgação do Cristianismo e sua aceitação como religião principal do império em todo seu território.

Compreende-se então que, para reforço da dominação sobre um território conquistado, seu prócer imponha condições estruturais à população, condições que cada vez mais resumam características culturais locais e distendam as estrangeiras, o que ocorre com os rituais religiosos do povo grego, caracterizados como pagãos pelo novo Império após sua conversão religiosa. Como explicou Maquiavel acerca dos métodos de dominação em um território que, antes da invasão, vivia sob suas próprias leis, tomando como exemplo invasões entre povos helenos ou mesmo a tomada da Grécia pelo Império Romano:

[...] quiseram conservar a Grécia quase como fizeram os espartanos, tornado-a livre e deixando-lhes suas próprias leis e não o conseguiram: em razão disso, para conservá-la, foram obrigados a destruir muitas cidades daquela província [...] por quanto se faça e proveja, se não dissolvem ou desagregam os habitantes, eles não esquecem aquele nome nem aquelas instituições, e logo, a cada incidente, a eles recorrem como fez Pisa cem anos após estar submetida aos florentinos (1513, p. 26).

Assim, reiterando a importância cultural e política que os Jogos Olímpicos levavam ao povo grego já no período da Grécia Antiga — com tréguas em guerras, diálogos políticos e exercício de civilidade e espiritualidade —, a história do evento foi colapsada após 293 edições

ininterruptas, entre 776 a.C. e 393 d.C. 13 anos antes de extinguir os Jogos, o imperador Teodósio I promulga o Édito de Tessalônica, em 380, colocando o Cristianismo como religião do Império Romano (Xavier, 2021) o que, por conseguinte, em decorrência de um pedido particular de Ambrósio, bispo de Milão, pôs a referida extinção devido ao relacionamento com o paganismo politeísta helênico (Gavini, 2020).

Após mais de um milênio, o Barão Pierre de Coubertin idealizou o novo momento para os Jogos Olímpicos, institucionalizando o evento através de dados arqueológicos e criando, em 1894 o COI, instituição que regimenta o megaevento desportivo até os dias atuais. Dois anos após a criação do Comitê, em 1896, Atenas/Grécia (GRE) recebeu a primeira edição do Jogos Olímpicos, historicamente intitulados Modernos².

Nesses mais de 100 anos de Jogos Modernos, apenas em 3 datas não foram realizados: 1916, 1940 e 1944, dadas as duas Grandes Guerras deflagradas à época (Uvinha, 2009).

Nos primeiros Jogos Modernos, apenas 14 países participaram, totalizando 241 atletas homens disputando, sem que houvesse espaço para mulheres³, sequer para prestigiar os desportos. A segregação de gênero perdurou anos; tantos que, apenas em 2012, nos Jogos de Londres/Inglaterra (ING), todas as delegações participantes tiveram representantes femininas.

Em 1924, os Jogos Olímpicos passaram a ter uma edição exclusiva para modalidades no gelo ou neve. Inicialmente intitulado “Semana Esportiva de Inverno”, o evento contou com 16 países e cerca de 250 atletas competindo em modalidades como Patinação em velocidade no Gelo, Patinação Artística e Esqui, dentre outros esportes característicos de gelo e neve. Em 1926, em Chamonix/França (FRA), o evento adquiriu *status* de Olimpíadas de Inverno e, com isso, os Jogos Olímpicos passaram a acontecer em espaços de 2 anos, intercalados entre jogos de Verão e Inverno⁴.

O quadro abaixo lista todas as cidades-sede dos Jogos Olímpicos de Verão da Era Moderna:

² Olimpíadas: conheça a história, os símbolos e a importância dos jogos. **Revista Galileu**. 23 de julho de 2021. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2021/07/olimpiadas-conheca-historia-os-simbolos-e-importancia-dos-jogos.html>. Acesso em: 21 jul. 2023.

³ Olimpíadas. **Portal Brasil Escola – UOL**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao-fisica/olimpiadas.htm#:~:text=A%20primeira%20edi%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Jogos,mulheres%20eram%20proibidas%20de%20competir>. Acesso em: 21 jul. 2023.

⁴ 1924: Primeiros Jogos Olímpicos de Inverno. **Portal Terra**. 25 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/1924-primeiros-jogos-olimpicos-de-inverno,65b8fd954ccd5a7a96ccf5a41168ee003lqgu63t.html>. Acesso em: 21 jul. 2023.

QUADRO 1 – Cidades-sede dos Jogos Olímpicos de Verão da era moderna

Ano	Ordem	Cidade
1896	I Olimpíada	Atenas, GRE Grécia
1900	II Olimpíada	Paris, FRA França
1904	III Olimpíada	Saint Louis, USA Estados Unidos
1906	Edição especial	Atenas, GRE Grécia
1908	IV Olimpíada	Londres, GBR Grã-Bretanha
1912	V Olimpíada	Estocolmo, SWE Suécia
1916	VI Olimpíada	Interrupção devido à I Guerra Mundial,
1920	VII Olimpíada	Antuérpia, BEL Bélgica
1924	VIII Olimpíada	Paris, FRA França
1928	IX Olimpíada	Amsterdão, NED Países Baixos
1932	X Olimpíada	Los Angeles, USA Estados Unidos
1936	XI Olimpíada	Berlim, GER Alemanha
1940	XII Olimpíada	Interrupção devido à II Guerra Mundial,
1944	XIII Olimpíada	Interrupção devido à II Guerra Mundial,
1948	XIV Olimpíada	Londres, GBR Grã-Bretanha
1952	XV Olimpíada	Helsinque, FIN Finlândia
1956	XVI Olimpíada	Melbourne, AUS Austrália
1960	XVII Olimpíada	Roma, ITA Itália
1964	XVIII Olimpíada	Tóquio, JPN Japão
1968	XIX Olimpíada	Cidade do México, MEX México
1972	XX Olimpíada	Munique, FRG Alemanha Ocidental
1976	XXI Olimpíada	Montreal, CAN Canadá
1980	XXII Olimpíada	Moscou, URS União Soviética
1984	XXIII Olimpíada	Los Angeles, USA Estados Unidos
1988	XXIV Olimpíada	Seul, KOR Coreia do Sul
1992	XXV Olimpíada	Barcelona, ESP Espanha
1996	XXVI Olimpíada	Atlanta, USA Estados Unidos
2000	XXVII Olimpíada	Sydney, AUS Austrália
2004	XXVIII Olimpíada	Atenas, GRE Grécia
2008	XXIX Olimpíada	Pequim, CHN China
2012	XXX Olimpíada	Londres, GBR Grã-Bretanha
2016	XXXI Olimpíada	Rio de Janeiro, BRA Brasil
2020	XXXII Olimpíada	Tóquio, JPN Japão

Fonte: adaptado de COI (2008).

Na sequência, quadro com todas as cidades-sede dos Jogos Olímpicos de Inverno.

QUADRO 2 – Cidades-sede dos Jogos Olímpicos de Inverno

Ano	Ordem	Cidade
1924	I Olimpíada	Chamonix, FRA França
1928	II Olimpíada	São Moritz, SUI Suíça
1932	III Olimpíada	Lake Placid, USA Estados Unidos
1936	IV Olimpíada	Garmisch-Partenkirchen, GER Alemanha
1940	V Olimpíada	Interrupção devido à II Guerra Mundial
1944	VI Olimpíada	Interrupção devido à II Guerra Mundial
1948	V Olimpíada	São Moritz, SUI Suíça
1952	VI Olimpíada	Oslo, NOR Noruega
1956	VII Olimpíada	Cortina d'Ampezzo, ITA Itália
1960	VIII Olimpíada	Squaw Valley, USA Estados Unidos
1964	IX Olimpíada	Innsbruck, AUT Áustria
1968	X Olimpíada	Grenoble, FRA França
1972	XI Olimpíada	Sapporo, JPN Japão
1976	XII Olimpíada	Innsbruck, AUT Áustria
1980	XIII Olimpíada	Lake Placid, USA Estados Unidos
1984	XIV Olimpíada	Sarajevo, YUG Iugoslávia
1988	XV Olimpíada	Calgary, CAN Canadá
1992	XVI Olimpíada	Albertville, FRA França
1994	XVII Olimpíada	Lillehammer, NOR Noruega
1998	XVIII Olimpíada	Nagano, JPN Japão
2002	XIX Olimpíada	Salt Lake City, USA Estados Unidos
2006	XX Olimpíada	Turim, ITA Itália
2010	XXI Olimpíada	Vancouver, CAN Canadá
2014	XXII Olimpíada	Sóchi, RUS Rússia
2018	XXIII Olimpíada	Pyeongchang, KOR Coreia do Sul
2022	XXIV Olimpíada	Pequim, CHN China

Fonte: adaptado de COI (2008).

2.3 China: ascensão à Potência Olímpica

Com população de mais de 1 bilhão de habitantes e extensão territorial que só perde para a Rússia e Canadá — mais de 9,5 milhões de quilômetros quadrados (National Geographic Brasil, 2023) —, como as maiores do mundo, a República Popular da China possui um retrato histórico recente pautado em sublevações, divisões culturais e em uma ascensão socioeconômica que a torna o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo, com previsão de tornar-se a maior economia do mundo em poucos anos, como afirmou J. P. Morgan, em 2021 (Vitorio, 2021). Fenômeno que ainda atinge a esfera esportiva, a China é uma das principais potências olímpicas, tendo conquistado 710 medalhas nos Jogos, mesmo tendo participação recorrente somente após as Olimpíadas de Los Angeles (1984) (Pautasso; Maia, 2021).

No entanto, para entender o contexto de evolução da China se faz necessário remontar a história recente do país, desde a revolução chinesa maoísta, que culmina na vitória do

comunismo, tornando Mao Tse Tung o Presidente por cerca de 27 anos (1949-1976), até Xi Jinping, atual líder chinês, no poder desde 2013.

Com história milenar, parte do berço da humanidade e vivida sob regimes dinásticos, a China chega ao século XX ainda cheia de incertezas políticas e ávida por reformas. Kissinger (2011) a cita como uma das poucas sociedades comunistas que sobreviveram ao colapso do comunismo no mundo pós-Segunda Guerra Mundial, tendo como líder emblemático Mao Zedong — *Mao Tsé Tung* — que, puxando uma revolução com operários e camponeses, proclama a República Popular Socialista da China no ano de 1949. A partir daí, cita Rattner,

Nos primeiros trinta anos, sob a mão de ferro de Mao e seu grupo de líderes revolucionários procurou se estabelecer a autoridade do governo central e a criação de um aparelho institucional capaz de governar essa massa de 600 milhões (de habitantes), vivendo num imenso território, o terceiro maior do mundo, com mais de 10 milhões de km². A consolidação do poder interno levou trinta anos durante os quais a China ficou isolada do resto do mundo, com poucas relações comerciais e diplomáticas, agravadas por conflitos de fronteira com a ex-URSS e o Vietnã (2009, p. 36).

É relevante considerar que, mesmo forjada sob forte horda de batalhas desencadeadas em meados do século XX, Mao Tsé Tung propunha uma nova identidade chinesa que viesse do proletariado, extinguindo o ideário até então baseado em Confúcio, no qual a militarização era preterida à “[...] estabilidade interna e influência no exterior por meio da virtude e da compaixão” (Kinssinger, 2011).

Após o governo maoísta que finda com pretensões diplomáticas ocidentais, em crise que chega a afetar o governo do seu sucessor direto, Hua Guofeng, a China tem outros quatro líderes até Xi Jinping, período no qual vivencia uma ascensão socioeconômica meteórica e se torna potência mundial em diversos setores — tais como, tecnológico, industrial, bélico e, inclusive, desportivo (Ibid., 2011).

É relevante apontar que os chineses obtiveram destaque nos esportes também de forma meteórica, mas inicialmente, sem grandes desafios diplomáticos como os recentemente assistidos nas Olimpíadas de Inverno de Pequim, em 2022.

Em 1932, a delegação chinesa se resumia a Liu Changchun, velocista; em 1984, o país ocupava a 4^a posição no quadro geral de medalhas, seguindo com 3^o lugar em Sydney (2000); 2^o em Atenas (2004); campeão em Pequim (2008); 2^o em Londres (2012); 3^o no Rio de Janeiro e, agora, novamente no 2^o em Tóquio (2020), com 38 medalhas de ouro, uma a menos que os EUA, que possuem 39 (Pautasso; Maia, 2021).

O investimento do país asiático nos esportes avançou ao longo do tempo, atingindo seu ápice a partir de 2001, quando Pequim é selecionada para sediar os Jogos de Verão em 2008, sendo a terceira cidade-sede oriental — antes com Tóquio, Japão em 1964 e Seul, Coreia do Sul em 1988 (Uvinha, 2009, p. 111). Esse *turnaround* vivido pela China trouxe impactos infra estruturais, econômicos e socioculturais. Para se ter uma ideia, o país investiu cerca de cinco vezes mais que o recorde de investimentos para estruturação e execução dos Jogos Olímpicos. Em Sidney, 2000, a Austrália desembolsou a cifra de US\$ 8 bilhões. Para Pequim (2008), o governo chinês gastou cerca de “[...] US\$ 42 bilhões de dólares para essa edição dos Jogos, sendo US\$ 40 bilhões para melhorar a infraestrutura da cidade sede e US\$ 2 bilhões para a construção dos equipamentos diretamente relacionados ao evento (ginásios, estádios, arenas)” (Uvinha, 2009, p. 113).

Uvinha (2009) relata ainda que a expansão das novas construções para as Olimpíadas contrastou fortemente com as estruturas milenares já existentes. Quilômetros de estradas de ferro, reformas no aeroporto dentre outras “[...] dez mil obras de infraestrutura, como estádios, hotéis, restaurantes” (Ibid. p.113) redesenharam a vista capital. A população, principalmente de Pequim, recebeu um novo código de conduta transvestido de “Educação Olímpica”, que incluía a abolição de alguns costumes — como cuspir e arrotar em público —, além da ampla difusão do ensino de inglês com “[...] encontros em língua inglesa em esquinas da cidade; festivais de inglês em parques; incentivo a competições de habilidade na língua inglesa; exposição de filmes ocidentais sem legenda” (Ibid., p. 117).

Embora o método usado para realização e apresentação do país para o mundo possa ter suas contradições, a China alcança sua melhor participação em Jogos, desbancando com folga países da Europa e os EUA no quadro de medalhas, o que ocorre em paralelo a uma modernização da sua infraestrutura.

QUADRO 3 – Quadro de Medalhas: Olimpíadas de Verão, Pequim (China) 2008

#	País	Ouro	Prata	Bronze	Total
1	China	51	21	28	100
2	Estados Unidos	36	38	36	110
3	Rússia	23	21	28	72
4	Reino Unido	19	13	15	47
5	Alemanha	16	10	15	41
6	Austrália	14	15	17	46
7	Coréia do Sul	13	10	8	31
8	Japão	9	6	10	25
9	Itália	8	10	10	28
10	França	7	16	17	40
11	Ucrânia	7	5	15	27
12	Holanda	7	5	4	16
13	Jamaica	6	3	2	11
14	Espanha	5	10	3	18
15	Quênia	5	5	4	14
16	Belarus	4	5	10	19
17	Romênia	4	1	3	8
18	Etiópia	4	1	2	7
19	Canadá	3	9	6	18
20	Polônia	3	6	1	10
21	Hungria	3	5	2	10
21	Noruega	3	5	2	10
23	Brasil	3	4	8	15

Fonte: Adaptado UOL.

3 A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL EM MEGAEVENTOS

Tavares (2011, p. 17 *apud* Hall, 2006, p. 59), classifica Jogos Olímpicos como um megaevento porque apresentam “[...] grandiosidade em termos de público, mercado alvo, nível de envolvimento financeiro do setor público, efeitos políticos, extensão de cobertura televisiva, construção de instalações e impacto sobre o sistema econômico e social da sociedade anfitriã” — bem como um intercâmbio sociocultural e um objeto histórico e político, como já fora visto pelos autores mencionados até aqui —, destaca que é essencial entender a necessidade de um organismo que gerencie, ainda que interdisciplinarmente, todo o planejamento e a execução dos Jogos, assim como o pós-evento.

Por entender essa essencialidade organizacional como uma característica que viabiliza o megaevento, torna-se igualmente necessário explorar os caracteres comunicacionais envolvidos, porque, de acordo com Kunsch (2006, p. 170), “[...] quando se fala em comunicação organizacional, temos que primeiramente pensar na comunicação humana e nas múltiplas perspectivas que permeiam o ato comunicativo no interior das organizações”.

Portanto, este capítulo abordará a comunicação organizacional enquanto subárea no âmbito das Relações Públicas — com ênfase no campo das Relações Públicas Internacionais —, assim como sua aplicabilidade em megaeventos mundiais, eventos de grande porte e de caráter internacional, especificamente nos Jogos Olímpicos, sob o prisma da Comunicação.

3.1 Comunicação Organizacional como fruto da comunicação humana

Enquanto área científica organizada, a comunicação social se subdivide em algumas frentes acadêmicas diretas — como Jornalismo; Relações Públicas; Publicidade e Propaganda; Cinema e Comunicação Audiovisual; Rádio e TV; Comunicação Digital e Marketing, etc. —, mas também pode ser entendida como instrumento essencial ao desenvolvimento de outras áreas, como o Direito, a Psicologia e a Sociologia, por exemplo.

No entanto, mesmo elaboradas sob orientações científicas diferentes, estas áreas estão diante de uma intersecção fenomenológica do ser humano, a saber: o ato de se comunicar. Compreende-se então que, indiferente do objeto de estudo ou área acadêmica, a comunicação não se dissocia do ser humano, não sendo exceção a Comunicação Organizacional (Leiria; Correia; Pinto; Galvão; Lapa Esteves, 2020).

Partindo dessa premissa, este tópico trará conceituações de diversas escolas acerca do tema da Comunicação Organizacional, findando com o ideário conceitual brasileiro.

James R. Taylor (também conhecido como “Jim Taylor”), estudioso da Escola de Montreal, pensa a comunicação organizacional numa dimensão mais humana, partindo da interação e influência entre os agentes comunicacionais, compreendendo que a organização busca uma confluência aos seus interesses, relacionando-se às experiências e perspectivas dos seus públicos. Assim, o autor infere que a organização deve sempre respeitar a diversidade (Kunsch, 2006, p. 179 *apud* Taylor, 1993).

Stanley Deetz (2001) promove uma nova interpretação do conceito norte-americano de comunicação organizacional, entendendo duas frentes de estudos: a primeira sendo aquela que interpreta a comunicação oriunda da classe dominante e a segunda rompendo com a visão dominante.

O autor propõe uma matriz com quatro quadrantes para situar os estudos de Comunicação Organizacional: os estudos normativos, interpretativos, críticos e dialógicos. Suas modalidades serão contrapostas segundo dois critérios: orientações emergentes ou elitistas; e, em contraste, numa outra direção, posições consensuais (hegemônicas, que reproduzem o discurso dominante da organização) ou dissensuais (quando os estudos propõem romper com a visão dominante). No âmbito do dissenso, em síntese, os estudos de Comunicação Organizacional podem ser caracterizados como dialógicos, pós-modernos, desconstrucionistas, críticos, reformistas. E, na dimensão do consenso, como interpretativos, pré-modernistas, tradicionais, normativos, modernistas e progressivos (Kunsch, 2018, p. 166).

Joan Costa (1995) conceitua a comunicação nas organizações como área estratégica para as necessidades de difusão e manutenção da imagem e identidade corporativa a partir do que chama de “nova realidade emergente”. Desse modo,

[...] A comunicação se transformou em “corporativa”. Não por um capricho da linguagem ou por querer introduzir mais complexidade no mundo das empresas, mas pela força das coisas. Daí que as organizações estejam despreparadas diante de uma nova realidade emergente, que é, ela mesma, produto da complexidade generalizada e da atuação tecnológica que caracterizam nossa sociedade e nossa civilização (Costa, 1995, p. 95).

Para Riel (1995), a comunicação organizacional é uma atividade também estratégica, mas direcionada à imagem e à reputação da organização, por ser necessariamente um trabalho intencional e dirigido aos seus *stakeholders*. É um conjunto, portanto, de atividades nas diversas áreas da comunicação que, por interesse precípuo, visa proteger o ativo intangível de uma organização: sua reputação, sua imagem.

Denota um grande grupo de atividades heterogêneas de comunicação, que só possuem algumas características em comum. A característica mais importante que todas essas atividades têm em comum é, sem dúvidas, que todas elas são primordialmente dirigidas aos chamados públicos-alvo (Van Riel, 1995, p. 12).

Na escola mexicana a comunicação organizacional é uma tarefa estratégica, mas compreendendo a integralização e a institucionalização das ações, bem como a definição dos públicos-alvo, não isolando estes dos públicos externos. A referida escola também conceitua a comunicação organizacional como um tripé — comunicação institucional, comunicação interna e comunicação mercadológica —, reforçando o pensamento mexicano sobre o tema. Assim, Kunsch (2006), citando Corella (2000), traz a conceituação de comunicação organizacional como

[...] aquela que dentro de um sistema econômico, político, social ou cultural se dá à tarefa de resgatar a contribuição ativa de todas as pessoas que operativa e tangencialmente buscam abrir espaços para a discussão dos problemas da empresa ou instituição, esforçando-se por lograr soluções coletivas que beneficiam ao sistema e que o tornam, mas produtivo. A comunicação organizacional inclui três dimensões: a comunicação institucional ou corporativa; a comunicação interna; e a comunicação mercadológica (marketing e publicidade) (Kunsch, 2006, p. 180 *apud* Corella, 2000, p. 177).

Há ainda uma definição latino-americana que parte de autores como Restrepo (1996), que entendem a comunicação organizacional como indispensável, além de como agente possibilitador da interrelação da empresa na sociedade.

A comunicação em e das organizações deve ser entendida de uma maneira integral, reconhecida como presente em todas as ações de uma empresa ou entidade, configurando de maneira permanente a construção de sua cultura e identidade, marcando um estilo próprio e, por fim, suas formas de projetar-se ao exterior. Cada vez está mais nítido como os processos comunicacionais contribuem para desenvolver formas de inter-relação mais participativas e, portanto, mais comprometidas a dar maior flexibilidade às organizações como base de sua permanente transformação e a facilitar sua interação social de maneira responsável para conjugar seus interesses com as condições culturais, econômicas e políticas em que se inserem e se desenvolvem, para configurar com maior sentido nossa sociedade. Trabalhar estes aspectos se faz indispensável como parte das tarefas de qualquer organização. Ao se abordarem as organizações a partir de uma perspectiva comunicacional, reconhecem-se novas maneiras de ver o trabalho, as relações internas e os diversos processos de interação com seus diversos públicos externo (Restrepo, 1996, p. 92).

No Brasil os estudos acerca do tema partem da década de 1950, quando “[...] várias multinacionais se instalaram no País e trouxeram consigo uma embrionária cultura de comunicação especialmente aquelas com sede nos Estados Unidos, a academia trabalhou com

maior ênfase as terminologias *jornalismo empresarial e comunicação empresarial*” (Mesquita, 2020, p. 66).

Torquato (1986, 2002) e Bueno (2003) conceituam a comunicação nas organizações como objeto integrado dentro das áreas de comunicação social e dos departamentos de comunicação nas próprias organizações, atingindo os diversos públicos (internos ou externos), fortalecendo sua cultura e imagem empresarial. Contudo, Bueno (2003) busca dissociar a intenção mercadológica da institucional, afirmando que há pressões do mercado para que esta comunicação seja mais em prol dos lucros, do mesmo modo que há um reflexo dos grupos sociais, que também pressionam o ambiente organizacional, demandando o contínuo fortalecimento do sentido social contido nas empresas.

A comunicação empresarial afina-se com o processo de gestão organizacional e tem sido pouco a pouco afetada pelas pressões do mercado, sobretudo quando ele se orienta por objetivos estritamente comerciais, relegando a segundo plano o seu caráter institucional. Felizmente, por uma reação de grupos sociais, as organizações têm sido pressionadas a exercer, em sua plenitude, sua função social. A indústria da comunicação também experimenta mudanças drásticas, com o aprofundamento de sua concentração e a sua dependência de fatores políticos e econômicos. A comunicação empresarial precisa conciliar estas duas vertentes, a institucional e a mercadológica, de modo a garantir, ao mesmo tempo, o reforço da imagem de uma empresa comprometida com a cidadania e a obtenção de resultados favoráveis (Bueno, 2003, p. 31-32).

Seguindo na escola brasileira, Kunsch (2006) entende a comunicação organizacional como o objeto de estudo do método comunicativo integrado presente nas organizações, assim como fenômeno humano referente aos públicos direta ou indiretamente envolvidos, internos ou externos, mas que de alguma forma interajam com esta empresa.

A autora corrobora a ideia de que a comunicação organizacional sofre influência das pessoas envolvidas nesta organização, não bastando resumir o conceito como uma ação, ainda que estratégica, restrita da organização para os seus públicos, mas convergindo a partir de uma compreensão do discurso proferido pelas personas que formam tal organização. Portanto,

[...] Comunicação organizacional, como objeto de pesquisa, é a disciplina que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações no âmbito da sociedade global. Ela analisa o sistema, o funcionamento e o processo de comunicação entre a organização e seus diversos públicos. “Comunicação organizacional”, “comunicação empresarial” e “comunicação corporativa” são terminologias usadas indistintamente no Brasil para designar todo o trabalho de comunicação levado a efeito pelas organizações em geral. Fenômeno inerente aos agrupamentos de pessoas que integram uma organização ou a ela se ligam, a comunicação organizacional configura as diferentes modalidades comunicacionais que permeiam sua atividade. Compreende, dessa forma, a comunicação institucional, a comunicação mercadológica, a comunicação interna e a comunicação administrativa (Kunsch, 2006, 182; 2003, p. 149).

Diante dessas conceituações, pode-se entender que, após interpretar os públicos, a empresa se vê munida de informações e, integrando suas áreas de comunicação num mix comunicacional, age de forma característica à área específica, para o público específico.

FIGURA 2 – Mix da Comunicação nas Organizações



Fonte: Margarida M. Krohling Kunsch

Fonte: Kunsch (2006).

Ainda, segundo Margarida Kunsch, “[...] ao tratar de comunicação e organizações, não podemos, portanto, dissociar este agrupamento de pessoas com o verdadeiro sentido da comunicação humana, que pressupõe compreensão e colocação de ideias em comum” (2006, p. 170). Por isso, analisando todas as escolas e teorias que trabalham a comunicação das organizações, mesmo sob conceitos e avaliações diversas, pode-se compreender que a comunicação organizacional surge como fruto das relações humanas e, por conseqüências, de suas interações comunicativas, presentes na organização, que, por sua vez, se mune dessas informações para tornar-se mais relevante para seus públicos.

3.2 Comunicação, Cultura e Organização em Megaeventos: Olimpíadas China 2008

De acordo com Paulino (2013), megaeventos como as Olimpíadas denotam prestígio do país-sede no cenário internacional. Com efeito, compreende-se que a escolha se baseia numa votação entre todos os comitês locais filiados ao COI, se tratando de um grande exercício de relações públicas, diplomacia e política para articular votos com outras nações no intuito de culminar na eleição do país para organizar o evento.

Desse modo, em algumas ocasiões é perceptível o amplo esforço dos países anfitriões para adequarem não só suas estruturas de mobilidade urbana, telecomunicações e/ou turismo, mas para criar dispositivos no arcabouço legal que atendam pedidos oriundos dos comitês e/ou comissões de organização, com a finalidade de fomentar uma familiarização dos turistas ou visitantes e/ou participantes do evento com o país-sede, atendendo às regras internacionais; além capacitar a população local nos serviços de atendimento aos estrangeiros, bem como de viabilizar comercialmente o megaevento em questão. Como exemplo, podem ser exploradas a Copa das Confederações Brasil 2013 e a Copa do Mundo Brasil 2014, as quais receberam um pacote de normas através da Lei Geral da Copa, sancionada pela então Presidente Dilma Rousseff, que dentre outros pontos regulava:

- A Criação da empresa organizadora filiada à FIFA - Copa do Mundo FIFA 2014 - Comitê Organizador Brasileiro Ltda.
- Proteção e Exploração de Direitos Comerciais dos Eventos;
- Áreas de Restrição Comercial e Vias de Acesso;
- Captação de Imagens ou Sons, Radiodifusão e Acesso aos Locais Oficiais de Competição;
- Venda de Ingressos;
- Direitos de Transmissão;
- Proteção contra o uso indevido dos símbolos oficiais
- Vistos de Entrada e das Permissões de Trabalho (Brasil, 2012, p. 1).

Nos Jogos de Pequim 2008 não foi diferente. A China promoveu uma ampla modificação estrutural e social na cidade, sem medir esforços financeiros, bem como capitais social e político para tal.

Neste trabalho já foi mencionado o nível econômico envolto na realização da 29ª edição dos Jogos Olímpicos em Pequim (US\$ 42 bi), bem como algumas políticas de reeducação para os habitantes da capital anfitriã, que buscaram fomentar ações no campo das condutas de civilidade e de convívio cidadão, tais como a instrução para se realizar as refeições de forma silenciosa e a proibição de atitudes como: “cuspir” e “jogar lixo no chão”; “pendurar roupas na sacada”; “usar pijamas em público”; ou até mesmo de “furar filas” (Uvinha, 2009, p. 116).

Contudo, todo esse processo educativo foi bem aceito pela população chinesa, pois, de acordo com o levantamento de Jonh e Eberle [s.d], o sentimento de honra em trabalhar em prol dos Jogos Olímpicos estava presente no íntimo dos chineses.

Também se torna relevante o grande aparato organizacional que o país construiu a fim de expor para o mundo “[...] a mensagem pela qual queria ser conhecida e reconhecida: um país moderno, inovador, comprometido com o meio ambiente e com a paz mundial” (Paulino, 2013, p. 26), além de acentuar a importância política e diplomática do evento para o país, organizando-o a partir de três conceitos: Olimpíada Verde, Olimpíada da Ciência e Tecnologia e Olimpíada da Humanidade. Explica Paulino (2013):

Com o conceito de Olimpíada Verde, a China procurou desfazer a imagem divulgada por governos, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e pelas imprensas ocidentais de que o país não dava atenção às questões ambientais e ao futuro do Planeta. Planejou cada detalhe, desde o projeto e execução das obras, o embelezamento da cidade, até o gigantesco esforço de despoluição do ar em Pequim, para desfazer qualquer preocupação dos organizadores e equipes participantes quanto à questão ambiental. [...] O conceito de Olimpíada da Ciência e Tecnologia foi aplicado não apenas no uso de tecnologias de última geração para a construção das instalações dos jogos, mas em cada detalhe relacionado ao evento, desde a arquitetura arrojada dos estádios, os sistemas de telecomunicações, os sistemas de sinalização de trânsito, as instalações aeroportuárias, os sistemas de segurança etc. [...] Finalmente, o uso do conceito de Olimpíada dos Povos visava a associar os jogos ao conceito de desenvolvimento pacífico da China, procurando desfazer a imagem de que a ascensão chinesa estaria se dando à custa dos interesses de outras potências, particularmente dos Estados Unidos (Paulino, 2013, p. 26-27).

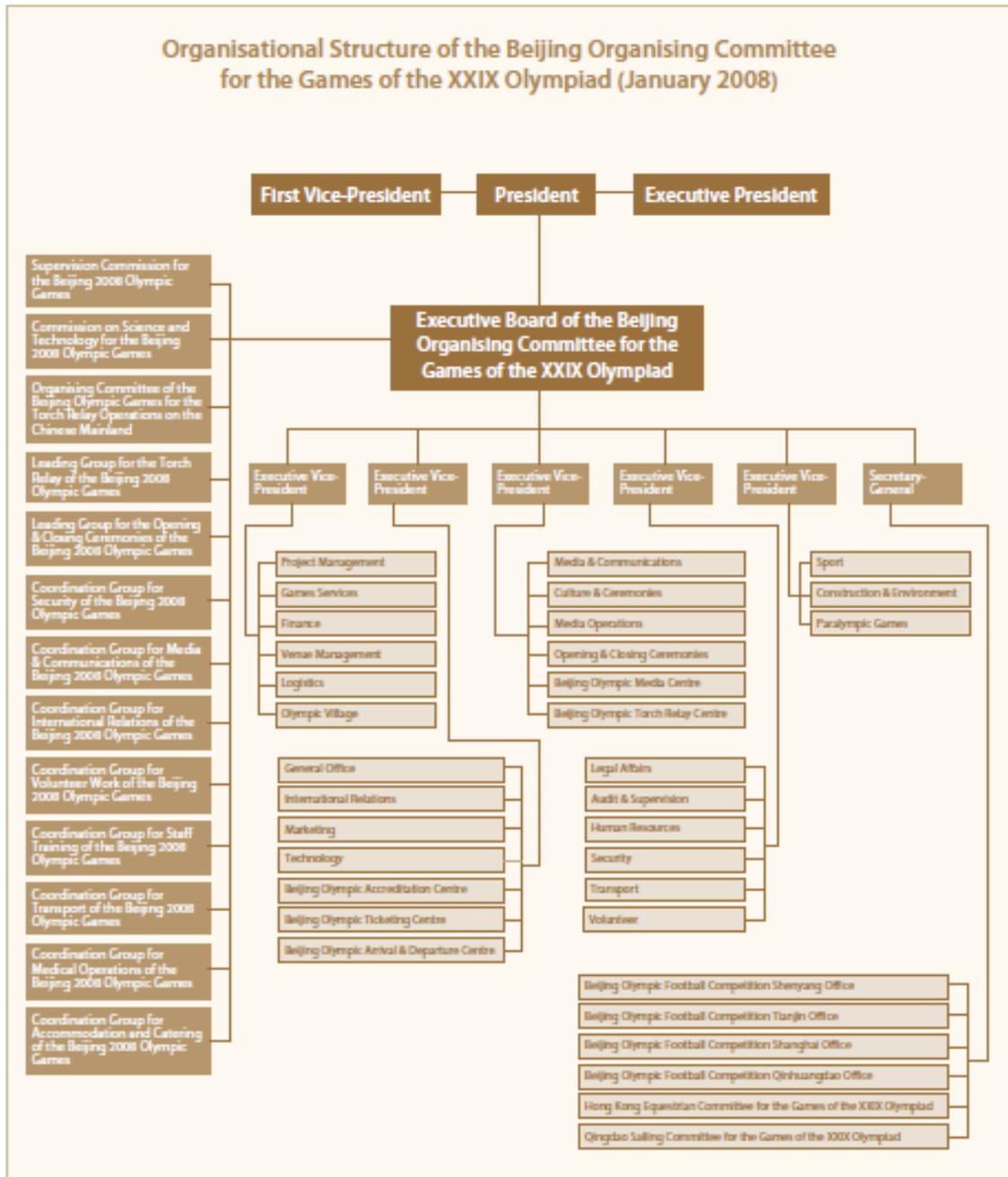
No documento oficial dos Jogos Olímpicos Pequim 2008, todo nível organizacional envolto no evento é demonstrado combinando informações administrativas com mensagens que encorajam o significado da execução dos Jogos para um sentido de melhoria do país, para seu povo, entendendo que “[...] os Jogos deixarão um rico legado para departamentos governamentais e instituições públicas” (Beijing Organizing Committee for The Olympic Games, 2008, p. 122).

FIGURA 3 – Estrutura Organizacional do Comitê Organizador das XXIX Olimpíadas em 2001



Fonte: Beijing Organizing Committee for The Olympic Games (2008).

FIGURA 4 – Estrutura Organizacional do Comitê Organizador das XXIX Olimpíadas em 2008



Fonte: Beijing Organizing Committee for The Olympic Games (2008).

O *case* dos Jogos em Pequim trouxe resultados muito relevantes acerca da imagem institucional da China perante o resto do mundo. Neste evento, outro recorde alcançado foi o de meios de imprensa e profissionais envolvidos na cobertura dos jogos. Ainda com dados publicados na Revista Princípios, Paulino (2013) informa que cerca de 30 mil profissionais de jornalismo cobriram o evento, correlacionando isso a um trunfo do país, por ter aproveitado o

ensejo do megaevento, elevando o nível de importância de Pequim “[...] como uma cidade de classe mundial, no mesmo nível de Xangai e Hong Kong” (Id., p. 27).

Ainda sobre a cobertura jornalística dos Jogos Pequim 2008, John e Eberle [s.d] analisaram como as principais revistas em circulação do Brasil (*Veja*, *Época* e *Isto É*) abordaram a China no período pré-olímpico. Com uma mescla de críticas negativas e realce de uma transformação positivista de costumes, a exemplo do esforço na despoluição do meio ambiente, esta parte da imprensa brasileira realizou ampla cobertura sobre o país-sede. Em suma, através do estudo os autores entenderam que a

[...] cobertura pré-olímpica foi equilibrada: ao mesmo tempo em que se abordaram graves problemas chineses, foram apontadas as medidas tomadas com o propósito de revertê-las e os resultados alcançados pelo governo até então. Os julgamentos ou representações mais diretas sobre o país ficaram restritos às afirmações há muito tempo generalizadas: o fato de a China ser o país que mais polui o ecossistema e de o governo não respeitar os direitos humanos. Apesar disto, inúmeras peculiaridades e características culturais, que fazem da China uma nação singular, foram mencionadas de maneira positiva (Jonh; Eberle, [s.d], p. 7).

Diante do exposto neste tópico, vale considerar que o aspecto comunicacional foi preponderante para o sucesso da China na organização dos Jogos Olímpicos de 2008. Sua vitória no quadro de medalhas caracteriza apenas a copa de uma árvore repleta de ramificações, demonstradas no esforço, na estruturação e na organização do evento, mas cujo caule se estrutura nas Relações Públicas e na gestão estratégica de Marketing, tendo como sua raiz a Comunicação.

É fato que também eclodiram eventos que denunciaram as práticas do Estado chinês — como os atos isolados no Nepal, Tibete, Reino Unido e de Pequim — no dia da abertura dos Jogos, com manifestantes protestando a ausência de direitos humanos no Tibete⁵, especialmente. Contudo, os estudos abordados neste tópico realçam a China como “vencedora” nos esportes e nas disposições comunicacionais ocorridas antes, durante e após o megaevento. Diz John e Eberle [s.d], como interpretação final do estudo das matérias divulgadas no Brasil à época, “[...] o que ninguém pode negar é que, independentemente do número de ouros, pratas e bronzes, o país já pode se considerar um vencedor, ao menos esta é a principal representação construída nas publicações analisadas” (Ibid., p. 7).

⁵ Protestos contra a China correm o mundo durante a abertura dos Jogos Olímpicos. **G1.globo.com**, Londres, 8 ago. de 2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL716844-15913,00.html>. Acesso em: 29 ago. 2023.

3.3 Legado Olímpico como ferramenta comunicacional

“(A cidade do Rio) é a que receberá o maior legado para seu povo, em infraestrutura, em transporte, em meio ambiente, em qualidade de vida [...]. Mas o maior benefício para o nosso povo é a nossa autoestima, não só aos cariocas, mas aos brasileiros e aos sul-americanos”⁶, assim respondeu o então Governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral, quando questionado sobre o Legado Olímpico buscado na realização dos Jogos no Rio 2016, em Copenhagen/DIN.

Derivado do latim *legatum*, o termo *legado* indica aquilo que foi passado por herança, testemunho, sendo, segundo Poynter (2007), classificado em tangível e intangível, entendendo construções em transporte e infraestrutura, por exemplo, como um legado tangível e os benefícios na popularidade dos governos e atração de investimentos para o país/cidade sede, como legado intangível.

Gratton e Preuss (2008) remontam uma definição de legado a partir de premissas positivas e negativas que se contrastam. Os autores indicam que os fatores tangíveis e intangíveis são sucedidos de

[...] dívidas de construção, elevados custos de oportunidade, infra-estruturas que não são necessárias após o evento, exclusão temporária, perda de turistas que teriam visitado a cidade anfitriã se o evento não se realizasse, aumento do aluguel de propriedades e deslocamentos e redistribuições socialmente injustas (p. 3).

Os autores mencionam ainda a ideia de “legado” conforme Cashman, indicando uma ressignificação do termo quando este é reproduzido pelas comissões organizadoras, enfatizando apenas aos aspectos positivos e inibindo uma interpretação negativa sobre o mesmo (Gratton; Preuss, 2008, *apud* Cashman, 2000, p. 4).

Ao dispor sobre a cobertura de eventos de grande porte como os Jogos Olímpicos, o debate acerca da viabilidade do ato de sediar o megaevento e do legado a ser deixado na região, estamparam as páginas dos noticiários locais, a exemplo do jornal O Globo.

⁶ Reuters. 'Chegou a nossa hora', diz Lula em discurso de defesa do Rio. **G1.globo.com**, 2 out. 2009. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1327013-5601,00-CHEGOU+A+NOSSA+HORA+DIZ+LULA+EM+DISCURSO+DE+DEFESA+DO+RIO.html>. Acesso em: 3 set. 2023.

FIGURA 5 – Manchete do jornal O Globo: a Olimpíada e o legado social

A Olimpíada e o legado social

MARCELO NERI

O Rio ganhou a disputa para a escolha de sede olímpica de 2016 de cidades globais como Chicago, Madri e Tóquio não pela sua força econômica ou infraestrutura logística já estabelecidas, mas pela capacidade dos Jogos de transformar a cidade. O termo legado olímpico se refere, em geral, à projeção dos ganhos prospectivos a serem usufruídos pela cidade após a realização do megaevento esportivo. O Rio maximizaria o legado olímpico.

Têm sido comuns análises do impacto sobre concretos objetos de desejo, como o movimento turístico, a estrutura de parques esportivos e mesmo o meio ambiente. Às vezes se inclui na conta elementos intangíveis, como o valor da marca da cidade, ou do poder suave do país, de que, em outros tempos, costumávamos nos vangloriar. Mas temos poucas análises sobre o impacto social direto.

No interregno entre o anúncio e a realização

Fonte: O Globo [s.d.].

As mudanças na vida do carioca depois do anúncio dos Jogos Olímpicos tiveram como placar social final 36 avanços e dois retrocessos

é, entre 1992 e 2008, o placar social foi 7 a 10, com sete empates. Portanto, havia uma tendência de queda negativa relativa dos indicadores comparáveis da cidade, revertida com o anúncio da Olimpíada.

Um dos principais indicadores estudados foi o crescimento de renda. A pesquisa revelou que, embora a economia carioca tenha demorado a decolar após o anúncio da cidade como sede

olímpica em 2009, uma vez embalado, o crescimento não perdeu força. Entre 2008 e 2016, a renda per capita no município cresceu 30,3%, enquanto no período de 1992 a 2008, a elevação

FIGURA 6 – Capa do jornal O Globo (agosto/2006)



Fonte: O Globo [s.d.].

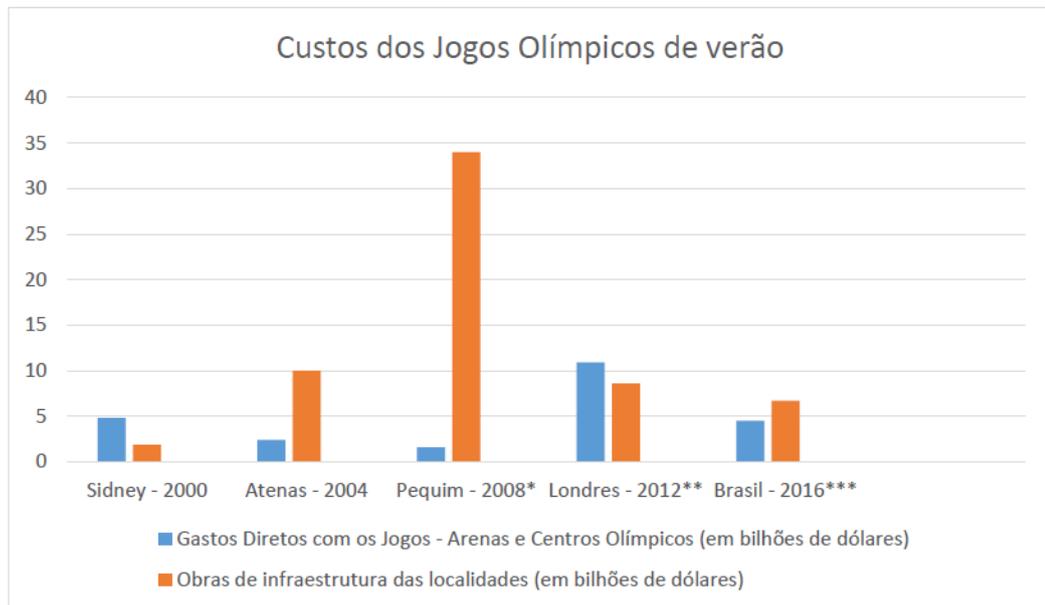
No entanto, para além dos resultados deixados após o megaevento, o Legado Olímpico, em específico também serve para nutrir os anseios dos organizadores e da população quanto à possibilidade de um aumento na qualidade de vida do povo na região, mas também no poder de influência dos comitês organizadores e dos governos locais das diversas esferas do poder público, como elucida Mesquita (2020), a partir dos estudos do alemão Preuss (2007), Economista e Sociólogo do Esporte, indicando a dualidade “vencedores” e “perdedores”, ao se referir ao legado

Em relação aos “vencedores”, há normalmente benefícios a grupos específicos [...]. São eles: membros do COI; governos locais; políticos específicos, que trazem benefícios para o turismo e economia local (além, é claro, de reconhecimento pessoal) [...] Por outro lado, Preuss faz uma crítica ao chamado legado quando explicita onde estariam os “perdedores” dos Jogos: normalmente a população mais carente das localidades-sede. Isso porque há transformação de espaços públicos em privados, deslocamento obrigatório de vizinhanças normalmente compostas por moradores de baixa renda, além do enobrecimento de algumas regiões, tornando o custo de vida mais elevado (Mesquita, 2020, p. 50).

Ainda sob a orientação dos estudos de Preuss e Gratton, considera-se a necessidade comunicacional de convencimento da população sobre o retorno positivo para a região que sedia os Jogos, com finalidades escusas que garantem a perpetuação da influência do COI, assim como o desvio de atenção à população acerca dos grandes gastos públicos envolvidos na execução do megaevento. Dizem os autores:

Um dos principais interesses do COI é um ‘legado’ positivo do evento. Há três razões para isso. Primeiro, um legado positivo evita o público na cidade / país anfitrião culpando o COI e fornece evidências de porque o evento foi bom para a cidade / nação anfitriã. Em segundo lugar, justifica o uso de recursos públicos escassos para infraestrutura de eventos permanentes ou temporários. Em terceiro lugar, um legado positivo motiva outras cidades / nações a se candidatarem a eventos futuros. A alta demanda aumenta o poder do COI e assegura a continuação dos Jogos Olímpicos (Gratton; Preuss, 2008, p. 2.).

Por assim dizer, torna-se relevante aferir o nível de investimento para realização dos Jogos, além de discernir a fonte geradora desses investimentos, a fim de tornar objetiva a verificação do expressivo uso do dinheiro público, mesmo com parcerias junto à iniciativa privada.

FIGURA 7 – Custo dos Jogos Olímpicos de Verão desde Sidney (2000) até Rio (2016)

Fonte: O Globo [s.d.].

No gráfico acima são observados os valores gastos para a realização dos Jogos, com destaque para Pequim 2008 que, como já mencionado, superou largamente o recorde de investimentos tidos nas Olimpíadas de Sidney 2000. No gráfico abaixo, o autor expõe o nível de investimento exclusivamente público neste mesmo retrato de série histórica:

FIGURA 8 – Custo dos Jogos Olímpicos de Verão desde Sidney (2000) até Rio (2016) [apenas investimentos públicos]

Fonte: Mesquita (2020).

Portanto, corroborando a ideia proposta pelos autores mencionados nesse tópico, a partir do nível de investimento público necessário à realização do megaevento dos Jogos Olímpicos e o reflexo desses gastos na transformação do espaço público e da vida da população, consolidar uma imagem positiva através do Legado Olímpico é de extrema relevância. No entanto, um olhar a longo prazo, segundo Gratton e Preuss (2008), pode revelar uma estrutura que cai em desuso, estigmatizando o lado negativo para a realização dos Jogos tanto ao erário público quanto para a população.

4 O CONTEXTO DIPLOMÁTICO NOS JOGOS OLÍMPICOS

Por definição, a *diplomacia*, palavra oriunda do francês *diplomatie*, é a ciência das relações internacionais e da representação dos interesses de um Estado no estrangeiro⁷. Ao ser considerada um método de interação internacional, a diplomacia entra em cena para pôr à mesa civilização ao invés de barbárie, política ao invés de guerra, como alude Kissinger (1994), citando a crítica de Thomas Paine ao sistema de governança da Europa, que estimula as guerras para “[...] preservar o espírito do sistema” (Kinssinger, 1994).

No início deste trabalho foi mencionada a Guerra do Peloponeso, ocorrida na Grécia antiga, como um marco histórico local, dada a sua orientação nos moldes das relações exteriores da época, em que meios belicosos eram preponderantes, e por ter perdurado 27 anos. No entanto, a expressão cultural dos povos helênicos com o Jogos Olímpicos prevalecia e havia tempos de trégua mesmo no epicentro do conflito.

Neste capítulo a discussão discorre sobre a diplomacia moderna a partir de uma perspectiva de mudança na ordem mundial, oriunda dos pós-Segunda Guerra Mundial, com a criação de organismos supranacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU). Enfatizando como as Olimpíadas e seu comitê organizador, o COI, são preponderantes no contexto geopolítico e diplomático desde a sua criação pelo Barão de Coubertin em 1894, até os Jogos de Inverno Pequim 2022, e o nível de importância dos valores defendidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e na Carta Olímpica, assim como o modo pelo qual tais organismos e dispositivos condicionam as relações públicas internacionais.

4.1 Relações Públicas Internacionais: a diplomacia

Ao longo da história, as relações internacionais partiram de intervencionismos, violência e barbárie para a institucionalização diplomática. Tratados passaram a ser negociados, a partir de perdas demográficas extremamente numerosas, a exemplo da Guerra dos Trinta Anos, que

[...] arruinou a Alemanha. O ‘campo de batalha da Europa’, com terras sem cultivo, conheceu terríveis crises de fome e sofreu extensivo despovoamento. No Palatinado, na Pomerânia e na Silésia, as perdas 3 demográficas atingiram mais de 60%. Em todo o Sacro Império, a população retrocedeu de 16 para 8 milhões de habitantes (Magnoli, 2004, p. 35-36).

⁷ Dicionário Priberam. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/diplomacia>. Acesso em: 11 set. 2023.

O reconhecimento da diversidade entre as nações ou a multipolaridade, como cita Kennedy (1989 *apud* Magnoli, 2004, p. 35), surge como um redesenho na ordem internacional.

Embora Kissinger (2004), advirta que “[...] como por força de alguma lei natural, parece que a cada século surge um país com poder e vontade, ímpeto intelectual e força moral para moldar todo sistema internacional aos seus próprios valores”, é possível indagar sobre a relevância para a convivência internacional a partir do surgimento de organizações supranacionais, negociação de tratados em busca de paz, cooperação internacional e definição de direitos básicos de valorização do ser humano.

Outrossim, é relevante apontar a necessidade de um arcabouço teórico sobre as Relações Internacionais. Magnoli (2004) entende que com o advento da Revolução Industrial, bem como uma integração econômica entre Estados, as teorias das Relações Internacionais passaram a ser necessárias e, com isso, surgem vieses teóricos, por vezes “divergentes — e muitas vezes conflitantes” (Ibid., 2004, p. 27). São três as frentes de estudos precípuas acerca das relações internacionais: a *Escola Idealista* de Grotius, que fundamenta o ideário para as leis internacionais e o conceito de justiça nas relações entre Estados, nos quais é possível perceber a presença da influência do contrato social Rousseauniano, que basicamente “[...] implica a submissão tirânica do indivíduo à vontade coletiva” (Marques, 2010, p. 99); a *Escola Realista*, que percebe “[...] a ausência de um poder soberano e imperativo nas relações internacionais” (Magnoli, p. 28) e diverge diretamente de uma estrutura de leis internacionais e de um foco comportamental de “ânsia de poder” (Ibid., p. 29). Essa teoria ganha novas reflexões a partir da ideia neorrealista de que, no pós-Primeira Guerra, cunhou-se a frente institucionalista como uma revisão teórica à anarquia internacional, pois surgiram ali instituições de direito internacional que poderiam traçar diretrizes a serem seguidas pelos países em suas relações; e a *Escola Radical*, que se baseia no princípio marxista da luta de classes. Aqui os autores, adeptos ao leninismo (início do século XX), como cita Magnoli (2004), compreendem o Estado como agente secundário que busca as relações de poder e subordinação internacional pela necessidade atrelada ao capital. Neste sentido, surgem ideias sobre o imperialismo, que nos tempos atuais, podem se caracterizar pela expansão da influência de modelos de sociedade desenvolvidas sobre as sociedades em vias de desenvolvimento, países ditos de terceiro-mundo ou subdesenvolvidos.

No ínterim da reflexão radical das relações internacionais, vale o destaque contraditório aludido da ideia kantiana de Natureza, na qual esta trabalha sob meios inóspitos para garantir a sustentação das suas criaturas e das suas localidades, entendendo o homem apenas como um ser subordinado aos princípios naturais. Diz Kant:

Visto que a natureza providenciou que os homens possam viver sobre a Terra, quis igualmente e de modo despótico que eles tenham de viver, inclusive contra a sua inclinação, e sem que este dever pressuponha ao mesmo tempo um conceito de dever que a vincule mediante uma lei moral; a natureza escolheu a guerra para obter este fim (Kant, 2008, p. 26-27).

Ao partir desse pressuposto filosófico, vemos no mundo contemporâneo exemplos do imperialismo por parte de países desenvolvidos, como os EUA, e/ou com ampla força bélica e influência econômica mundial, como a Rússia e a China, em territórios menores, mas que demonstram interesse histórico ou econômico, ou ainda a expansão do regime democrático, como meio de garantir a paz democrática. Em sua obra, Alvarez (2016) questiona a ideia de paz democrática — que parte da conjectura amplamente vista em discursos dos líderes norte-americanos, como Bush e Clinton —, de que “[...] as democracias não entram em guerra umas com as outras” (Alvarez, 2016) e que, lutar contra regimes autoritários se trata de buscar a garantia da paz internacional. Vejamos:

Quando democracias são consideradas pacíficas por natureza e Estados não democráticos são percebidos como perturbadores da paz, a conclusão inexorável é a de que as democracias apenas estarão realmente seguras quando os perturbadores da paz forem também transformados em democracias. Assim o intervencionismo das democracias em busca de segurança nas relações internacionais seria, em si, também um importante risco para a paz entre os Estados (Alvarez, 2016 *apud* Layne, 1994).

O autor verifica ainda o contraste desse dito, quando países democráticos se encontram em conflitos bélicos — como a Rússia e a Ucrânia, que em 2014 iniciaram um confronto no leste ucraniano, bem como Israel e Líbano, por 24 anos, desde 1982:

Em verdade, o conflito armado que irrompeu no início do 2014 e já contabiliza milhares de mortos no leste europeu entre Rússia e Ucrânia [...] é um exemplo recente de como o conflito de interesses nacionais pode resultar em guerra, mesmo entre dois Estados democráticos, inclusive com a anexação de territórios. Esse e outros exemplos recentes, como os das repetidas guerras que opuseram Israel e Líbano entre 1982 e 2006, demonstram que a simples coincidência de regimes democráticos não é o suficiente para impedir que dois Estados entrem em guerra (Ibid., 2016).

Embora ainda sobrevivam contradições internacionais, como a estudada por Mauro Couto Alvarez (2016) — estabelecida no caráter expansionista que alguns países ainda possuem —, prevalece o notório avanço de uma política internacional pacífica, baseada nos direitos humanos, a partir do fim da Segunda Guerra, como a criação da Organização das Nações Unidas (ONU).

A propósito, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), aprovada em Assembleia das Nações Unidas em 1948, é “[...] o documento mais relevante do século XX

relacionado aos direitos fundamentais, em virtude de ser destinado a todos — Estados e indivíduos — na medida em que os declarou como direitos a serem respeitados por todos e em qualquer lugar — dada a universalidade a que se pretende” (Gomes, 2013, p. 109), e nela o contexto de uma universalidade de princípios básicos de preservação dos direitos humanos.

Com raízes teóricas da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem de 1789, que forma uma Constituinte na França, esta ferramenta, bem como as instituições supranacionais como a ONU, compreende um paradoxo acerca da sua aplicabilidade universal, onde questões sobre o senso de direitos humanos nas diversas culturas apresentam particularidades históricas e sociais, assim como a DUDH representa apenas uma manobra política internacional que reverbera pressão internacional dos países mais desenvolvidos e com maior influência global.

Diante do já exposto tripé de análise das Relações Internacionais como teoria fundamentada (as Escolas Idealista, Realista e Radical), Reis (2006) identifica expressiva polaridade cercada do debate sobre os Direitos Humanos como política internacional. Para a autora,

[...] do ponto de vista teórico, a perspectiva da transformação está em grande parte ancorada na percepção, expressa de maneira contundente por Hedley Bull, de que “levado ao seu extremo lógico, a doutrina dos direitos e deveres humanos sob a lei internacional é subversiva de todo o princípio segundo o qual a humanidade deveria ser organizada como uma sociedade de estados”.

A perspectiva da irrelevância, por sua vez, baseia-se na concepção de cunho realista expressa por autores como Edward Carr (2001) ou Hans Morgenthau (2003), de que a humanidade é uma abstração, e, portanto, a busca da realização dos interesses ou os direitos da humanidade é um exercício inútil (Reis, 2006, p. 34).

Como a dicotomia explicitada, a falta de legitimidade sobre os textos básicos que conceituam os Direitos Humanos na política internacional pode caracterizar uma falta de aplicabilidade e, por sua vez, a possibilidade efetiva de não cumprimento. Porém, a autora ressalta a importância da ONU, entidade criada sob a tutela da pauta de direitos humanos a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “[...] para o fim do regime do Apartheid da África do Sul, para as investigações sobre desaparecidos políticos na América Latina, entre outros” (Id., 2006, p. 35).

Essa mesma ideia pode ser interpretada a partir do pensamento bobbiano, no qual a expectativa de aplicabilidade dos direitos humanos como direito universal também convive com o paradoxo realista de ser de difícil realização prática, especialmente quando afirma que é “[...] pessimista da razão e otimista da vontade” (Stols; Kyrillos, 2013, p. 19. *apud* Bobbio, 1994).

Baseando-se na estrutura dos Direitos Humanos (DH) como fundamento das relações internacionais sob a perspectiva de Donnelly (1998), cujos estudos reverberam o tema de DH como um standard, ou seja, como referência paradigmática nas relações internacionais, mesmo que a literatura possa contradizer ou estabelecer critérios avaliativos e que privilegiem algumas nações por deterem de maior desenvolvimento; por estarem em postos de maior influência global ou mesmo pelo Estado ser superficialmente autodeclarado independente (Stols; Kyrillos, 2013, p. 29).

FIGURA 9 – Grupo de japonesas observam a Declaração Universal dos Direitos Humanos durante visita à sede interina da ONU, em Nova Iorque



Fonte: ONU.

Ressalta-se que foi com o preceito de Paz que foram fundadas instituições supranacionais como a ONU e suas subdivisões; da mesma forma, com vieses pacifistas surgiu a Revolução Francesa, mas a paz também pode ser controversa.

Alvarez (2016) investiga como a “paz democrática”, nomenclatura que condiciona a capacidade da paz apenas para Estados com regimes democráticos, pode possibilitar a ascensão de Estados Autocráticos pela característica expansionista ocidental, caracterizada na guerra do

Iraque, protagonizada pelos EUA, que promoveu o surgimento do Estado Islâmico (ISIS), oriundo de um vácuo governamental no país do Oriente Médio.

Kissinger (1994) também percebe a característica “messiânica” dos EUA nos discursos de seus líderes no século XX, como Woodrow Wilson, Ronald Regan e Franklin Roosevelt, onde o país deveria ser um “farol” para o mundo, partindo de “[...] uma ordem internacional global baseada na democracia, no livre comércio e na obediência internacional das leis” (Kissinger, 1994).

Segundo a compreensão de Kant (2008) acerca da Paz, aqui necessariamente percebida como oposto à guerra, esta não é oriunda da Natureza, que possibilita guerras como elementos de evolução das espécies ou ocupação de territórios inóspitos. A paz trata-se de um estado, criado sob a perspectiva de sobrevivência dos homens. Diz Kant:

O estado de paz entre os homens que vivem juntos não é um estado de natureza (*status naturalis*), o qual é antes um estado de guerra, isto é, um estado em que, embora não exista sempre uma explosão das hostilidades, há sempre, todavia uma ameaça constante. Deve, pois, instaurar-se o estado de paz (Kant, 2008, p. 10).

Essa instauração da paz advir-se-á de uma Constituição imposta por um senhor que “detém” um Estado, ou construída à luz do seu povo, de modo republicano. Quando a constituição é imposta, decidir sobre a paz ou a guerra torna-se “[...] a coisa mais simples do mundo” (Kant, 2008, p. 13), pois a deflagração da guerra não afetaria em nada o senhor desse Estado. Já numa Constituição republicana, percebe-se que a paz se tornaria mais possível e duradoura,

[...] pois têm de decidir para si próprios todos os sofrimentos da guerra (como combater, custear as despesas da guerra com o seu próprio património, reconstruir penosamente a devastação que ela deixa atrás de si e, por fim e para cúmulo dos males, tomar sobre si o peso das dívidas que nunca acaba (em virtude de novas e próximas guerras) e toma amarga a paz (Ibid., 2008, p. 13).

Pureza (2000) cita um discurso do então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, no qual que este percebe a Paz além da ausência das guerras, como “[...] um fenômeno que envolve desenvolvimento econômico e justiça social. [...]. Significa democracia, diversidade e dignidade; respeito pelos direitos humanos e pelo estado de direito; e mais, muito mais” (Pureza, 2000, p. 36).

O autor faz alusão à conceituação de Johan Galtung acerca da paz, na qual este a concebe como uma fórmula “Paz = paz directa + paz estrutural + paz cultural” (Ibid., p. 39), em que a “paz direta” seria a proporcionada pela bondade das pessoas, umas com as outras. A paz se

estrutura enquanto ferramenta de transformação das relações humanas através das estruturas governamentais, que passariam a serem mais dialógicas e menos impositivas; enquanto a paz cultural busca deslegitimar a violência e a criação de uma cultura de paz nos ambientes de relacionamento social, como escolas e igrejas. No entanto, Galtung indaga que

[...] a cultura da paz não é um conjunto de representações pacíficas e não violentas da realidade. O teste de validade de uma cultura da paz faz-se no modo como ela afecta o comportamento num conflito [...] “a paz é a condição para transformar os conflitos de modo criativo e não-violento. (...) A paz é um contexto para uma forma construtiva de abordar um conflito (Pureza, 2000, p. 39, *apud* Galtung, 1996).

Sob a perspectiva histórica, Karnal e Coen (2018) entendem a paz como objeto social do cotidiano, dos costumes e das formas de tratamento entre as pessoas. Percebem que vivemos uma época em que muitos dispositivos legais foram criados e alguns avanços foram obtidos, no Brasil e no mundo, tendo como cerne a subtração da convivência social de crimes que passaram gerações sendo banalizados e comuns, a exemplo do racismo, dos crimes contra a mulher e da LGBTfobia. Entretanto, as mudanças históricas na sociedade demandam tempo e ainda não há uma evolução que propicie a extinção desses estigmas sociais.

Há menos de 150 anos, a escravidão era legal. No tempo da história humana, considerando a revolução cognitiva há 70 mil anos, 150 anos é pouquíssimo tempo. As leis, portanto, mudaram. Mas entre a mudança das leis, entre séculos de patriarcalismo e décadas de pensamento feminista; entre séculos de racismo e décadas de pensamento antirracista, tudo acontece de forma muito lenta. As leis consagram uma sociedade ideal e não a real. Ainda que justas e interessantes, elas mostram uma caminhada a seguir para uma cultura de paz (Karnal; Coen, 2018).

4.2 COI e ONU: Direitos Humanos e Olimpismo

Numa análise social dos esportes, a fim de exprimir relação entre praticantes e consumidores do esporte através do materialismo criado pelos meios de consumo, Bourdieu (1978) propõe uma ideia da prática esportiva como sendo fruto em si mesma, quando se dá num meio de desinteresse aos adornos materiais (lê-se também comerciais e mercadológicos), sendo “[...] O fair play a maneira de jogar o jogo dos que não se deixam levar pelo jogo a ponto de esquecer que é um jogo, dos que sabem manter a ‘distância em relação ao papel’, como diz Goffman, implícita em todos os papéis prometidos aos futuros dirigentes” (Bourdieu, 1978, p. 5).

Esta mesma característica de desinteresse mercadológico — quase uma “apologia” ao amadorismo, à celebração da paz entre os povos e à prática esportiva sem os fins políticos e

comerciais — foi almejada por Pierre de Coubertin, quando fez renascer os Jogos Olímpicos em 1894, despontando com princípios que fundamentam o chamado Olimpismo, ou Movimento Olímpico, sendo estes uma filosofia de vida.

Na Carta Olímpica, documento que serve como estatuto de criação do COI e arregimentação para a eleição das cidades-sede, estrutura organizacional do ecossistema desportivo e outros tópicos, são descritos os Princípios Fundamentais do Olimpismo, a saber:

1. O Olimpismo é uma filosofia de vida que exalta e combina de forma equilibrada as qualidades do corpo, da vontade e da mente. Aliando o desporto à cultura e educação, o Olimpismo procura ser criador de um estilo de vida fundado no prazer do esforço, no valor educativo do bom exemplo, na responsabilidade social e no respeito pelos princípios éticos fundamentais universais.
2. O objetivo do Olimpismo é o de colocar o desporto ao serviço do desenvolvimento harmonioso da pessoa humana em vista de promover uma sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana.
3. O Movimento Olímpico é a ação, concertada, organizada, universal e permanente, de todos os indivíduos e entidades que são inspirados pelos valores do Olimpismo, sob a autoridade suprema do COI. Estende-se aos cinco continentes. Atinge o seu auge com a reunião de atletas de todo o mundo no grande festival desportivo que são os Jogos Olímpicos. O seu símbolo é constituído por cinco anéis entrelaçados.
4. A prática do desporto é um direito do homem. Todo e qualquer indivíduo deve ter possibilidade de praticar desporto, sem qualquer forma de discriminação e de acordo com o espírito Olímpico, que requer entendimento mútuo, com espírito de amizade, solidariedade e fairplay.
5. Reconhecendo que o desporto ocorre no contexto da sociedade, as organizações desportivas no seio do Movimento Olímpico devem ter direitos e obrigações de autonomia, que incluem a liberdade de estabelecer e controlar as regras da modalidade desportiva, determinar a estrutura e governança das suas organizações, gozar do direito a eleições livres de qualquer influência externa e a responsabilidade de assegurar que os princípios da boa governança são aplicados.
6. Toda e qualquer forma de discriminação relativamente a um país ou a uma pessoa com base na raça, religião, política, sexo ou outra é incompatível com a pertença ao Movimento Olímpico.
7. Pertencer ao Movimento Olímpico exige o respeito pela Carta Olímpica e ser dotado(a) do reconhecimento do COI (Comitê Olímpico Internacional, 2011, p. 25).

A Carta Olímpica discorre ainda sobre a função social exercida pelos Jogos Olímpicos na cidade-sede, promovendo a melhora na qualidade de vida através do esporte, condicionando à cidade e ao povo que nela habita a honra e a responsabilidade de celebrar o megaevento, assim como designando que “[...] todo o excedente financeiro obtido por uma cidade anfitriã, por um COJO ou pelo CON do País da cidade anfitriã resultante da celebração dos Jogos Olímpicos deve ser empregue no desenvolvimento do Movimento Olímpico e do desporto” (Comitê Olímpico Internacional, 2011, p. 77).

Deste modo, a Carta Olímpica pode ser compreendida como um documento regimental que mantém diretrizes não só da execução dos Jogos, das entidades correlatas e filiadas, jurisprudências e finalidades. Pode ser interpretado como um instrumento de relações públicas

internacionais correlato a outros documentos e entidades criados antes e depois do renascimento do Olimpismo, movido por Pierre de Coubertin, no final do século XIX. Lima e Philocreon (2022) propõem essa condição ao Movimento Olímpico ao afirmarem que

[...] a integração do objetivo e dos princípios do Movimento Olímpico declarados na Carta Olímpica pode ser claramente vislumbrada com disposições componentes dos referidos instrumentos jurídicos internacionais que regem a conduta das nações no século XXI, orientada pela soberania dos Direitos Humanos, como declarado nos Preâmbulos da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (p. 6).

Confirmando essa perspectiva dos autores, podem ser vistas intersecções de princípios adotadas pela Carta das Nações Unidas e a Carta Olímpica, no que diz respeito, por exemplo, à aceitação indiscriminada dos povos. O tema discriminação também é trazido na DUDH, quando o documento declara que:

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania (Fundo das Nações Unidas para a Infância, [s.d.]).

A promoção da paz vista na Carta Olímpica, que discorre sobre a Missão e o Papel do COI, também coaduna com o descrito na Carta das Nações Unidas.

Para além das conexões textuais entre esses objetos — notadamente de Relações Públicas Internacionais —, a ampla adesão de membros do COI, inclusive superior ao número de membros da ONU (211 a 193 membros, respectivamente); eventos históricos ocorridos principalmente no século XX, como o ataque terrorista acontecido nas Olimpíadas de Munique/ALE em 1972⁸; o boicote dos Estados Unidos e Rússia, então União Soviética, em nos Jogos de 1970 e 1974; em Moscou/Rússia (RUS) e Los Angeles/EUA, respectivamente; ou ainda eventos diplomáticos ocorridos em 2022, nas Olimpíadas de Inverno de Pequim/CN, também são características da importância diplomática da entidade gestora dos Jogos Olímpicos, o COI, coincidindo com outras entidades de interesse e relevância internacional, como a ONU. Com isso, a relevância inata dessas entidades e os cuidados com os Direitos Humanos, com a pluralidade dos povos e o fortalecimento da Cultura de Paz.

⁸ Olympics. München 1972. Ataque Terrorista. Pode ser visto em: <https://olympics.com/pt/olympic-games/munich-1972>. Acesso em: 26 set. 2023.

FIGURA 9 – Grupo de japonesas observam a Declaração Universal dos Direitos Humanos durante visita à sede interina da ONU, em Nova Iorque



Fonte: ONU Mulheres.

Com esse intuito, manobras políticas envolvendo interesses financeiros estão sempre a permear as relações vigentes. A esse respeito, Capinussú (2007) percebe uma intenção de governos para benefícios escusos à execução dos Jogos Olímpicos, como, por exemplo, uma forma de valorização da imagem internacional. No entanto, esta atitude estaria desalinhada com os princípios do Olimpismo, pensados pelo Barão de Coubertin na recriação dos Jogos Olímpicos da era moderna:

Aquilo que Coubertin tanto temia, a nefasta influência da política sobre o esporte, acabou se tornando uma situação permanente, a ponto de anos antes dos Jogos se realizarem, alguns países condicionarem suas participações, exercendo pressões injustificáveis sobre o Comitê Olímpico Internacional (COI), com a finalidade de obterem dividendos políticos através do esporte e, assim, alcançarem uma posição de realce junto à comunidade internacional (Capinussú, 2007, p. 59).

Na mesma linha de intencionalidade, é possível observar adaptações à convivência social nas cidades-sede dos Jogos, num intuito de preservar, ou mesmo de promover uma imagem institucional forte no cenário internacional. Em Pequim/CN 2008, a educação olímpica, a transformação da paisagem local e o fechamento de fábricas — devido ao alto índice de poluição — cumpriram o papel de construir a imagem nacional para o mundo, com o fim de converter a ideia da China ser um país poluído e que desrespeitava as minorias étnicas⁹.

⁹ Ver o [item 3](#), sobre a comunicação organizacional dos Jogos Pequim 2008, onde as referências bibliográficas indicam a necessidade e o empenho do Governo chinês em revitalizar sua imagem internacional, até então pautada em autoritarismo, pressão social sobre minorias e um país muito poluidor.

Em seus estudos, Kirst (2019) enfatiza que a introdução da prática da educação olímpica como parte do currículo escolar de nível secundário iniciou-se em Atenas 2004, como uma política oficial de preparação aos Jogos, partindo de exemplos autônomos bem-sucedidos nos Jogos de Tóquio (1964), Montreal (1976) e Los Angeles (1984).

No Brasil, Kirst (2019) avaliou o Programa Transforma, realizado entre 2013 e 2016 nos municípios como um programa de educação olímpica para os Jogos Rio 2016. Segundo dados analisados pelo autor, disponibilizados pelo Comitê Olímpico, os municípios abrangidos pelo programa detiveram maiores pontuações no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) com relação à média nacional, impactados pelos três pilares relevantes para o índice: educação, emprego e renda e saúde.

Mas quais os tipos de benefícios passíveis de captação após a execução dos Jogos Olímpicos em um país?

John e Eberle (2010), em seu estudo acerca da cobertura das principais revistas impressas brasileiras (*Veja*, *Época* e *Isto É*), considera que a veiculação das matérias acerca das Olimpíadas de Pequim/CN 2008, embora abordando temas estigmatizados e historicamente atribuídos à China, foi positiva em compreender que o povo chinês se doou para a boa execução dos Jogos — adaptando seus costumes — e promoveu mudanças significativas para resolver seus problemas ambientais. Desse modo,

[...] É possível afirmar que, de um modo geral, a cobertura pré-olímpica foi equilibrada: ao mesmo tempo em que se abordaram graves problemas chineses, foram apontadas as medidas tomadas com o propósito de revertê-las e os resultados alcançados pelo governo até então. Os julgamentos ou representações mais diretas sobre o país ficaram restritos às afirmações há muito tempo generalizadas: o fato de a China ser o país que mais polui o ecossistema e de o governo não respeitar os direitos humanos. Apesar disto, inúmeras peculiaridades e características culturais, que fazem da China uma nação singular, foram mencionadas de maneira positiva. As publicações deixaram claro o fascínio que os chineses têm pelas Olimpíadas, ou, mais precisamente, pela oportunidade de poder organizá-la (John; Eberle, 2010, p. 7).

Nos Jogos do Rio 2016, a Imprensa internacional demonstrava uma completa descrença no sucesso da execução dos mesmos, mas ao final se rendeu pela capacidade de organização e esforço da população. A Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) publicou uma matéria em 22 de agosto, um dia após o encerramento dos Jogos, destacando como a Imprensa norte-americana entendeu que

[...] apesar dos receios generalizados de que a cidade estaria despreparada, ou que a criminalidade e a desorganização poderiam transformar os Jogos Olímpicos em um constrangimento nacional, muitos brasileiros passaram a ver os jogos como “[...] ‘um triunfo e uma distração necessários’ para fugir dos problemas econômicas e da agitação política (José, 2016).

O jornal espanhol *El País* destacou em sua manchete de 21 de agosto de 2016 a seguinte frase: “E tudo saiu bem na Rio 2016, imperfeitamente maravilhosa”, onde ressalta uma fala de uma turista finlandesa como a tônica das pessoas acerca dos jogos, na qual ela diz “— Fomos muito injustos com vocês. Tudo foi perfeito” (Jiménez, 2016). A matéria reforçava a ideia preocupante antes dos Jogos, que, a partir da cerimônia de abertura, foi se dissolvendo aos poucos e montando uma imagem institucional consolidada e forte, até mesmo para os próprios brasileiros.

Embora aspectos políticos negativos domésticos também tenham estampado os noticiários brasileiros em 2016 e em outras edições das Olimpíadas, os países e as cidades-sede, absorvem benefícios institucionais importantes, frente à opinião internacional, por conseguirem ter sucesso na execução dos Jogos.

4.3 Os Eventos Diplomáticos nos Jogos de Inverno Pequim/CN 2022

Diante do exposto até este ponto do trabalho, e partindo da importância histórica, comunicacional e diplomática dos Jogos Olímpicos, serão destacados neste tópico os principais eventos de Relações Públicas Internacionais noticiados acerca dos Jogos de Inverno Pequim/CN 2022, em seu período temporal pré-olímpico e olímpico, a partir da cobertura jornalística do megaevento, o qual está fortemente correlacionado com um marco nefasto da história recente: a invasão russa ao território ucraniano.

Ainda em 2020, com um cenário distinto do encontrado na execução dos Jogos de Inverno de Pequim/CN, a possibilidade de adiamento das Olimpíadas era aventada, dada a pandemia de *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19), causada pelo vírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2). Em matéria publicada em julho de 2020 no portal Globo Esporte, Dick Pound, membro do COI, sugeriu o adiamento do evento caso a pandemia não fosse contida e impedisse a realização dos Jogos de Verão de Tóquio 2020, que ocorreram em 2021¹⁰. Para os Jogos Asiáticos da Juventude, evento que integra o calendário olímpico, o

¹⁰ Membro do COI diz que Olimpíadas de Inverno de 2022 podem ser adiadas. **GloboEsporte.com**. Disponível em: <https://ge.globo.com/olimpiadas-de-inverno/noticia/membro-do-coi-diz-que-olimpiadas-de-inverno-de-2022-podem-ser-adiadas.ghtml>. Acesso em: 04 set. 2023.

cenário foi de adiamento, também em decorrência da pandemia. Uma das matérias publicadas pelo portal Terra, em setembro de 2021, relata a declaração do vice-premiê chinês, Han Zheng, acerca da necessidade de garantir os Jogos Olímpicos de Inverno 2022 dentro do prazo estabelecido (Liu; Woo, [s.d.]).

Na contramão dessas expectativas preliminares e com o avanço da vacinação no mundo, Pequim 2022 não foi adiada e ocorreu com amplo aparato do governo local para contenção de casos e proteção das delegações e equipe de organização do evento. “Se não pudermos proteger contra a COVID-19, não teremos sediado a Olimpíada com sucesso”, essa foi a fala de Zhang Jiandong, vice-prefeito de Pequim/CN, em comunicado oficial publicado em outubro de 2021, por volta de 100 dias antes da abertura dos Jogos de Inverno.

Em matéria publicada pelo portal Exame, demonstra-se a estrutura logística abordada pelo governo local a fim de distanciar os atletas, traçando um pequeno paralelo com os Jogos de Tóquio 2020, com destaque para a ausência de espectadores estrangeiros e a possibilidade de ver as partidas *in loco*, diferente do ocorrido no Japão¹¹.

A Folha de São Paulo fez um registro em 10 de janeiro, cuja manchete realçou os surtos de COVID-19 pouco tempo antes da abertura dos Jogos. Na matéria, algumas das principais regiões da China, como Shenzhen — centro tecnológico da China —, a própria Pequim e as regiões próximas à cidade-sede, registraram casos da variante Ômicron, classificada como “altamente contagiosa” (Walsh, 2022).

Todavia, embora a pandemia de COVID-19 tenha sido uma situação desafiadora para o Comitê Organizador dos Jogos de Pequim 2022, outros fatores domésticos implicaram nas relações diplomáticas do país. Em 2019 a ONG *Human Rights Watch* (HRW) publicou um artigo condenando veementemente a conduta do governo chinês perante os cuidados com os Direitos Humanos. Intitulado “A ameaça global da China aos direitos humanos”, o artigo explana como a China monitora sua população e condiciona minorias étnicas, como os muçulmanos uigures que vivem em Xinjiang, região da China.

Galache (2022) conclui seu raciocínio após evidenciar o conceito adotado pela ONU acerca de genocídio, que “[...] é inegável a série de violações aos direitos humanos, crimes contra a humanidade e genocídio que estão ocorrendo com os uigures em Xinjiang”:

¹¹ A 100 dias da Olimpíada de Inverno, Pequim faz alertas de Covid. **Exame.com**. Disponível em: <https://exame.com/casual/a-100-dias-da-olimpiada-de-inverno-pequim-faz-alertas-de-covid>. Acesso em: 4 out. 2023.

De acordo com a Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio de 1948, o genocídio é caracterizado por “atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso” (ONU, 1948). Esses atos são referentes ao “assassinato de membros do grupo; dano grave a integridade do grupo; submeter o grupo a condições que ocasionem destruição física; medidas para impedir os nascimentos do grupo; e transferir menores do grupo para outro” (ONU, 1948). Percebe-se que diversos atos que caracterizam o genocídio estão sendo feitos pela China para com os uigures - como os campos de detenção, o controle da natalidade dos uigures e esterilizações forçadas, os estupros contra a integridade física das mulheres e/ou o trabalho forçado para homens e mulheres (Galache, 2022).

Essa condição de exposição do tratamento chinês para minorias étnicas estimulou a promoção de uma onda de boicotes aos Jogos de países aliados aos EUA.

Em dezembro de 2021, o governo norte-americano divulgou que não enviaria representantes oficiais para o evento, em protesto aos direitos humanos na China¹². Em seguida, outros países aliados (como Canadá, Reino Unido, Austrália e Japão) também confirmaram ausência na cerimônia de abertura, seguindo o mesmo princípio estadunidense contra os ferimentos aos Direitos Humanos praticados em território chinês, sem impedir, no entanto, que suas delegações participassem do megaevento normalmente (Mello, 2022).

A China, por sua vez, anunciou por meio de sua embaixada em Washington a possibilidade de contramedidas ao boicote, alegando “[...] que boicote só pretende politizar desporto, criar divisões e provocar confronto”, fazendo clara alusão às condições do Olimpismo pensadas pelo Barão de Coubertin na Carta Olímpica.

Em meio às tensões geopolíticas entre Rússia, Estados Unidos e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), os dias anteriores à abertura dos Jogos de Pequim/CN 2022 trouxeram um panorama ainda mais importante para a diplomacia internacional. O portal *O Globo* noticiou no início de fevereiro o anúncio feito por Xi Jinping, presidente chinês, e Vladimir Putin, presidente russo, acerca do estreitamento das relações entre os países; além de uma parceria, classificada como “sem limites”, entre aqueles Estados. Na matéria, um destaque importante do documento divulgado pelos governos russo e chinês foi a acusação de que “[...] certos Estados e certas alianças e coalizões políticas e militares” de minarem a “estabilidade estratégica global”, ao se comportarem de acordo com a mesma “ideologia da Guerra Fria” e ao tentarem impor “seus próprios padrões democráticos” a outros países (Duchiade, 2022).

Entretanto, essa parceria já havia sido ampliada há alguns meses, quando China e Rússia firmaram parceria para a ampliação do fornecimento do Gás Natural russo à China, por

¹² JORNAL NACIONAL. EUA Anunciam boicote diplomático aos Jogos de Inverno de 2022, em Pequim. [G1.globo.com](https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/06/eua-anunciam-boicote-diplomatico-aos-jogos-de-inverno-de-2022-em-pequim.ghtml). Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/06/eua-anunciam-boicote-diplomatico-aos-jogos-de-inverno-de-2022-em-pequim.ghtml>. Acesso em: 4 out. 2023.

intermédio da Gazprom e da *China National Petroleum Corporation* (CNPC), cujos vencimentos seriam saudados em moedas locais, rublos russos e yuans chineses.

Gomes (2021) analisa que essa frente energética da Rússia, mais especificamente o setor de Petróleo e Gás Natural, implica características geopolíticas importantes ao país, devido aos altos índices de dependência existentes na Europa. O autor continua reforçando a ideia de que a estratégia russa para pressionar a Ucrânia se torna evidente, em decorrência estruturas para fornecimento de gás criadas pela Europa:

A Ucrânia, por sua vez, será pressionada nos próximos anos pela bem-sucedida estratégia russa de circulá-la. A capacidade combinada de transporte de gás à Europa dos gasodutos Yamal-Europa e os gêmeos Nord-Stream 1 e 2 é de 142,9 bcm, aos quais ainda falta o acréscimo fornecido pelo TurkStream. Uma vez que em 2016 o total de gás importado da Rússia pela UE foi de 153 bcm, Kiev se tornará irrelevante como rota de passagem, e seu fornecimento poderá ser interrompido. O cálculo do Kremlin é que isto pressione o suficiente seu vizinho eslavo para que este seja recolocado em sua zona de influência (Gomes, 2021, p. 190).

Essa aliança ainda traria contornos ainda mais preocupantes.

FIGURA 10 – Encontro entre Xi Jinping e Vladimir Putin em 2020



Fonte: Getty Images – BBC News.

Com “exercícios militares” na fronteira com a Ucrânia, a Rússia chega às Olimpíadas de Inverno com o discurso de desinteresse em invadir o território ucraniano¹³ e escolhe o momento simbólico olímpico para fortalecer alianças, de forma pública, com a China, que, por sua vez, embora defendendo a bandeira do Olimpismo estabelecido na Carta Olímpica, que realça a paz entre os povos a partir do desporto como uma missão (Comitê Olímpico Internacional, 2011, p. 30) — pois sedia os Jogos em sua capital —, se entremeia aos interesses russos mantendo em sigilo os planos de guerra que Putin tinha contra Kiev.

Em matéria publicada após o início da invasão russa à Ucrânia, o portal UOL — a partir de dados informados no *The New York Times*, em um relatório da inteligência ocidental — indica que “[...] altos funcionários chineses tinham algum nível de conhecimento sobre os planos ou intenções de guerra da Rússia antes do início da invasão” e que “autoridades americanas e europeias acham difícil acreditar que seja mera coincidência que a invasão de Putin não tenha começado antes da Olimpíada”, algo que veio a ser rechaçado pelo governo chinês, que afirmou em nota que a reportagem é falsa e condiciona a culpa à expansão da influência da OTAN para o leste europeu¹⁴.

No entanto, diante de um cenário diplomático importante e de reunião dos povos para uma celebração internacional do esporte, o que se mostrou ainda mais importante — diante dos fatos explicitados neste capítulo — foi o acirramento geopolítico de tensões que culminaram em métodos retrógrados de embates imperialistas e sangrentos.

¹³ Rússia diz aos EUA que não pretende invadir a Ucrânia. **Poder360.com.br**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/russia-diz-aos-eua-que-nao-pretende-invadir-a-ucrania>. Acesso em: 5 out. 2023.

¹⁴ NYT: China pediu para Rússia não invadir Ucrânia durante Jogos de Inverno. **Noticias.uol.com.br**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/03/02/nyt-china-pediu-para-russia-nao-invadir-ucrania-durante-jogos-de-inverno.htm>. Acesso em: 5 out. 2023.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais acerca do estudo de caso realizado neste trabalho, pode ser observado, ao longo dos três capítulos que o compõem, que os Jogos Olímpicos sempre tiveram importância e impacto na história das sociedades, por defenderem seus interesses precípuos, a cultura da paz e a convivência entre os povos; e que, embora em momentos mais conturbados dessa história, como o abordado nesta monografia sobre os Jogos Olímpicos de Inverno Pequim/CN 2022 e em outras edições de verão — as quais foram afetadas ora pela barbárie, ora pelo incremento de ações diplomáticas ante a realização do megaevento estudado —, sua função principal sempre foi preservada.

Foi visto no primeiro capítulo como as guerras constantemente travadas entre os povos helênicos na Grécia Antiga deviam respeito à execução das Olimpíadas, mediante trégua inegociável e passível de sanção condenatória, como ocorrido com os lacedemônios em plena Guerra do Peloponeso. Também foi visto como o povo oriental, em especial a China, ascendeu à potência olímpica, mesmo enfrentando revoluções internas e descrença internacional. Assim, a parte inicial deste trabalho conduz o leitor à imediata averiguação das Olimpíadas como objeto histórico, cunhado pelas características culturais e religiosas exacerbadas à época da Grécia helênica. Tal importância leva o Império Romano, chefiado por Teodósio I, a extinguir a execução dos Jogos Olímpicos numa tentativa de fazer sucumbir as idiossincrasias gregas e ascender o Cristianismo como religião oficial do Império.

Adiante, no segundo capítulo, foi demonstrado como a necessidade de uma comunicação integrada, organizacional e, conseqüentemente, humana, a partir do pensamento de Margarida Kunsch, proporciona que as instituições organizadoras — de um evento esportivo, artístico e cultural de grande porte — montem grandes estruturas para sediar um megaevento como os Jogos Olímpicos; bem como o avanço nos investimentos, edição após edição, que tais Jogos necessitaram ter para que o país anfitrião pudesse preparar o ambiente para a recepção de visitantes do mundo inteiro. Também foi possível perceber que na China, no ano de 2008, o investimento foi quase cinco vezes maior, tendo contado com medidas sanitárias, de reeducação da população pequinesa e com a intervenção do Estado em indústrias, a fim de promover uma imagem sustentável e de preservação do meio ambiente. Aqui, se apura estatisticamente os efeitos das políticas públicas para sediar megaeventos esportivos e como o Legado Olímpico impacta não só a sociedade, mediante as melhorias estruturais, mas também a imagem institucional de uma cidade-sede, ou, por que não, do país-sede, frente à opinião internacional.

Por fim, o terceiro capítulo reflete a importância diplomática em torno do megaevento. Embora essa percepção possa ser auferida de alguma forma na leitura dos capítulos anteriores, nesta etapa da monografia há um maior direcionamento sobre os Estados anfitriões à criação de uma imagem importante para o mundo, a qual possibilita uma ressignificação para a população local e para a interpretação internacional acerca do país sede. Na China, a partir da imprensa brasileira, foi possível observar uma mudança de postura sobre a cultura local e o impacto positivo causado no mundo a partir da execução das Olimpíadas de Pequim 2008. Já no caso das Olimpíadas do Rio de Janeiro/Brasil (Bra) 2016, o reforço da imagem institucional positivada após o megaevento foi exemplificado em um relato importante sobre o programa brasileiro para inserir o Olimpismo nas escolas do país, assim como o destaque do jornal espanhol *El País*, para a turista finlandesa que revelou o quanto a opinião internacional se surpreendeu com a organização dos Jogos Rio 2016 após a cerimônia de encerramento. Ademais, foi possível focar em uma reflexão acerca da cultura de paz e dos vínculos ou intersecções firmadas com o olimpismo — termo cunhado pelo Barão de Coubertin e que está destacado na Carta Olímpica —, bem como as relações entre o COI e a ONU, através de programas de aproveitamento do legado olímpico para a promoção do desenvolvimento cultural, do fomento à prática esportiva e da valorização dos Direitos Humanos como pedra angular do convívio internacional fundamentado na Cultura de Paz entre os povos.

Desse modo, diante da breve exposição discorrida sobre a pesquisa, é possível dizer que a importância histórica e cultural dos Jogos Olímpicos os tornou objeto diplomático importante em um cenário geopolítico intensificado por conflitos de guerra contemporâneos. A invasão russa à Ucrânia acabou por ter ampla relação com as Olimpíadas de Inverno de Pequim/CN em 2022, porque foi nelas que se deu a aproximação sem precedentes entre Xi Jinping e Vladimir Putin, chefes de Estado da China e Rússia, respectivamente; porque portais de notícia do mundo, como a CNN, divulgaram um possível pedido de Xi Jinping para que a Rússia só viesse a atacar a Ucrânia após o encerramento dos Jogos de Pequim/CN (Bertrand; Lillis, 2022).

Além disso, os Estados Unidos e países aliados usaram o megaevento olímpico para enviar uma importante mensagem ao mundo, acerca dos ataques aos Direitos Humanos sofridos pelas minorias uigures no noroeste chinês, ao não comparecerem às cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim/CN 2022, atendo luz a um problema histórico já outrora abordado, quando a China sediou as Olimpíadas de verão em 2008.

REFERÊNCIAS

1924: Primeiros Jogos Olímpicos de Inverno. Portal Terra. **Terra.com.br**, 25 jan. 2017. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/1924-primeiros-jogos-olimpicos-de-inverno,65b8fd954ccd5a7a96ccf5a41168ee003lqgu63t.html>. Acesso em: 21 jul. 2023.

ALVAREZ, Mauro Couto. **Autocracia como Legado da Democracia: o Expansionismo do Regime Democrático e a Formação do Estado Ismâmico**. [S.l.:s.e.], 2016. E-book Kindle.

ASOCIACIÓN Nacional de Psicología Evolutiva y Educativa de la Infancia, Adolescencia y Mayores, España. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=349863388043>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BEIJING ORGANIZING COMMITTEE FOR THE OLYMPIC GAMES (BOCOG). **Preparation for the Games: New Beijing Great Olympics**. Beijing: BOCOG, 2008. v. 3.

BERTRAND, Natasha; LILLIS, Katie Bo. China pediu à Rússia que invasão da Ucrânia ocorresse após Olimpíada, diz relatório. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/china-pediu-a-russia-que-invasao-da-ucrania-ocorresse-apos-olimpiada-diz-relatorio>. Acesso em: 7 nov. 2023.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? **Congresso Internacional do HISPA**, INESP, Paris, 1978, p. 1-19.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012. Lei Geral da Copa. **Diário Oficial da União**, 6 jan. 2012, seção 1, Brasília, DF, 2012.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial: teoria e pesquisa**. Barueri: Manole, 2003.

CAPINUSSÚ, José Mauricio. A Política nos Jogos Olímpicos. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física**, n. 136, p. 58-64, 2007.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). Carta Olímpica. Trad. Alexandre Miguel Mestre, Filipa Saldanha Lopes. **Plano Nacional de Ética no Desporto**. [S.l.]: Instituto Português do Desporto, 2011.

COSTA, Joan. **Comunicación corporativa y revolución de los servicios**. Madrid: Ed. de las Ciencias Sociales, 1995.

DEAN, Sarah; BASHIR, Nada. Putin diz que exercícios militares são “puramente defensivos” e “não ameaçam”. **CNN Brasil**, Moscou, 18 fev. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/putin-diz-que-exercicios-militares-sao-puramente-defensivos-e-nao-ameacam>. Acesso em: 13 jul. 2023.

DESDE 99, quando surgiu, Wada quer regras universais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 mar. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0603200319.htm>.

DUCHIADE, André. China e Rússia anunciam parceria ‘sem limites’ em meio a tensões com potências ocidentais. **O Globo**, [S.l.:s.d.]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/china-russia-anunciam-parceria-sem-limites-em-meio-tensoes-com-potencias-ocidentais-1-25380470>. Acesso em: 5 out. 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [S.l.]: UNICEF, [s.d.]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 26/09/2023.

GALACHE, Barbara Garcia. A China está cometendo genocídio contra o povo Uigur? **PET Relações Internacionais**. Brasília: Universidade de Brasília, 2022.

GAVINI, Fernando. Imperador romano acabou com Jogos Olímpicos na Grécia Antiga. **Portal Olimpíada Todo Dia**, 23 mai. 2020. Disponível em: <https://olimpiadatododia.com.br/curiosidades-olimpicas/239293-fim-dos-jogos-olimpicos-da-grecia-antiga>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GOMES, Olívia Maria Cardoso. O Caráter Histórico dos Direitos Fundamentais. In: TOSI, Giuseppe (org.). **Norberto Bobbio: democracia, direitos humanos e relações internacionais**. p. 109-125. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. v. 1.

GOMES, Pedro Henrique Miranda. A alavanca energética russa: a utilização do setor de petróleo e gás como instrumento geopolítico. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos – REST**, v. 13 n. 25, p. 173-194, jan./jun. 2021.

GUERRA do Peloponeso. **Mundo Educação**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/guerra-peloponeso.htm>. Acesso em: 10 jul. 2023.

GUTIÉRREZ, Óscar; GRASSO, Daniele. China usa sua rede de embaixadas para estender o assédio à etnia uigur. **El País**, Madri, 25 nov. 2019. Seção Internacional. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/24/internacional/1574587269_365570.html. Acesso em: 13 jul. 2023.

JIMÉNEZ, Carla. E tudo saiu bem na Rio 2016, imperfeitamente maravilhosa. **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/21/opinion/1471813304_331779.html. Acesso em: 3 out. 2023.

JOHN, Valquíria Michela; EBERLE, Taiana Steffen. **Com quantas medalhas se constrói uma nação?** Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2010. p. 1-8.

JOSÉ, Romildo. Imprensa norte-americana destaca sucesso dos Jogos Olímpicos no Brasil. **AgênciaBrasil.ebc.com.br**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-08/imprensa-norte-americana-destaca-sucesso-dos-jogos-olimpicos-no-brasil>. Acesso em: 3 out. 2023.

KANT, Immanuel. **A Paz Perpétua**: um projecto filosófico. Trad. Artur Morão. [S.l.]: Universidade da Beira Interior, 2008.

KARNAL, Leandro. **O Inferno Somos nós: do ódio à cultura de paz.** [S.l.:s.e.], 2018. E-book Kindle.

KINSSINGER, Henry A. **Sobre a China (On China).** [S.l.]: Editora Objetiva, 2011. E-book Kindle.

KIRST, Flávio Valdir. **Educação olímpica nos jogos Rio 2016: entre o conhecimento e o mundo da vida.** Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia, 1994.** Trad. Simon & Schuster Inc. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-Book Kindle.

KUNSCH, M. M. Krohling. Comunicação organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas *In*: MARCHIORI, Marlene. **Faces da cultura e da comunicação organizacional.** São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2006. p.167-190.

KUNSCH, M. M. Krohling. Constituição dos campos acadêmicos de Relações Públicas e Comunicação Organizacional no Brasil: aportes conceituais e paradigmas. **Memorias del XIV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación,** 2018. p. 160-169.

LEIRIA, M.; CORREIA, I.; PINTO, M.; GALVÃO, S.; LAPA ESTEVES, M. A aplicabilidade da Comunicação na Psicologia. **International Journal of Developmental and Educational Psychology,** v. 1, n. 1, 2020.

LIMA, Mário Jorge P. de Castro; PHILOCREON, Ticiano Augusto Domínguez. Dimensão Jurídica do Olimpismo: compromisso com os Direitos Humanos e Expansão dos Direitos de Transmissão nas Novas Tecnologias de Mídia. **Encontro Virtual,** v. 8, n.1, p. 1-20, jan./jul. 2022.

LIU, Roxanne; WOO, Ryan. Jogos Asiáticos da Juventude na China são adiados para 2022 devido à Covid. **Terra.com.br.** Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/jogos-asiaticos-da-juventude-na-china-sao-adiados-para-2022-devido-a-covid,df52aa36421ba284e3e9068407a78c0e84mnc853.html>. Acesso em: 4 out. 2023.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: teoria e história.** São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

MARQUES, José O. de Almeida. Forçar-nos a ser livres? O paradoxo da liberdade no Contrato social de Jean-Jacques Rousseau. **Cadernos de Ética e Filosofia Política,** v. 16, n. 1, p. 99-114, 2010.

MELLO, Michele. Brasil de Fato. O que está por trás do boicote diplomático às Olimpíadas de Inverno na China? **Brasil de Fato.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/04/o-que-esta-por-tras-do-boicote-diplomatico-as-olimpiadas-de-inverno-na-china>. Acesso em: 4 out. 2023.

MEMBRO do COI diz que Olimpíadas de Inverno de 2022 podem ser adiadas. **GloboEsporte.Com**, [S.l.:s.d.]. Disponível em: <https://ge.globo.com/olimpiadas-de-inverno/noticia/membro-do-coi-diz-que-olimpiadas-de-inverno-de-2022-podem-ser-adiadas.ghtml>. Acesso em: 4 out. 2023.

MESQUITA, Flávio Agnelli. **Comunicação Organizacional em megaeventos esportivos: o voluntariado nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016**. 2020. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2020.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. **Qual é o maior país do mundo em extensão territorial?** 11 abr. 2023. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/viagem/2023/03/qual-e-o-maior-pais-do-mundo-em-extensao-territorial>. Acesso em: 5 ago. 2023.

NYT: China pediu para Rússia não invadir Ucrânia durante Jogos de Inverno. **Notícias.Uol.com.br**, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/03/02/nyt-china-pediu-para-russia-nao-invadir-ucrania-durante-jogos-de-inverno.htm>. Acesso em: 5 out. 2023.

OLIMPÍADAS. **Portal Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao-fisica/olimpiadas.htm#:~:text=A%20primeira%20edi%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Jogos,mulheres%20eram%20proibidas%20de%20competir>. Acesso em: 21 jul. 2023.

OLIMPÍADAS: conheça a história, os símbolos e a importância dos jogos. **RevistaGalileu.globo.com**, 23 jul. 2021. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2021/07/olimpiadas-conheca-historia-os-simbolos-e-importancia-dos-jogos.html>. Acesso em: 21 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Programa Uma Vitória Leva Outra da ONU Mulheres em parceria com o COI, tem como objetivo criar espaços seguros para que meninas de 10 a 14 anos possam praticar esportes, se conhecer melhor e adquirir habilidades para a vida. **ONU Mulheres**. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/umavitorialevaaoutra>. Acesso em: 26 set. 2023.

PAULINO, Luís Antônio. Megaeventos esportivos e diplomacia pública. **Princípios: teoria, política e informação**, n. 127, p. 24-29, out./nov. 2013.

PAUTASSO, Diego; MAIA, Isis Paris. A China na “geopolítica das Olimpíadas”. **Outras Palavras**, 9 ago. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguer/a-china-na-geopolitica-das-olimpiadas>. Acesso em: 6 ago. 2023.

PEQUIM tomará medidas contra boicote dos EUA a Jogos de Inverno. **Exame.com**. Disponível em: <https://exame.com/mundo/pequim-tomara-medidas-contraboicote-dos-eua-a-jogos-de-inverno>. Acesso em: 4 out. 2023.

PREUSS, Holger; GRATTON, Chris. Maximizing Olympic Impacts by Building Up Legacies. **The International Journal of the History of Sport**, v. 25, n. 14, p. 1922-1938, 2008.

PROTESTOS contra a China correm o mundo durante a abertura dos Jogos Olímpicos. **Portal G1**, Londres, 8 ago. 2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL716844-15913,00.html>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PUREZA, José Manuel. **Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz**. Intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz”, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 2000. p. 33-42.

RATTNER, Henrique. 60 anos da Revolução Chinesa. **Espaço Acadêmico**, n. 101, p. 33-40, out. 2009.

REIS, Rossana Rocha. Os Direitos Humanos e a Política Internacional. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 27, p. 33-42, nov. 2006

RESTREPO, Mariluz. Comunicación para la dinámica organizacional. **Signo y pensamiento**, Bogotá, v. XIV, n. 26, p. 91-96, 1995.

RIEL, Cees van B. M. **Principles of corporate communication**. Hemel Hempstead: Prentice Hall, 1995.

RÚSSIA e China fecham acordo sobre pagamento de gás russo em moedas nacionais. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/06/russia-e-china-fecham-acordo-sobre-pagamento-de-gas-russo-em-moedas-nacionais>. Acesso em: 5 out. 2023.

SCHMAELTER, Matheus Maia. Xenofonte. **InfoEscola**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/biografias/xenofonte>. Acesso em: 25 jul. 2023.

STOLZ, Sheila; KYRILLOS, Gabriella. A DUDH e o otimismo bobbiano: é possível a universalidade histórica dos direitos humanos? *In*: TOSI, Giuseppe (org.). **Norberto Bobbio: democracia, direitos humanos e relações internacionais**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. v. 1, p. 17-38.

TAVARES, Otavio. Megaeventos Esportivos. **Movimento**, v. 17, n. 3, p. 11-35, jul./set. 2011. TUCIDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001.

UVINHA, Ricardo Ricci. Os megaeventos esportivos e seus impactos: o caso das Olimpíadas da China. **Motrivivência**, ano XXI, n. 32/33, p. 104-125, jun./dez. 2009.

VITORIO, Tamires. China deve superar os EUA como maior economia do mundo em 2027, diz JP Morgan. **CNN Brasil**, 3 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/china-deve-superar-os-eua-como-maior-economia-do-mundo-em-2027-diz-jp-morgan>. Acesso em: 6 ago. 2023.

WALSH, Matthew. China enfrenta surtos de Covid-19 às vésperas das Olimpíadas de Inverno. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2022/01/china-enfrenta-surtos-de-covid-19-as-vesperas-das-olimpiadas-de-inverno.shtml>. Acesso em: 4 out. 2023.

WATCH, Human Rights HRW. **A ameaça global da China aos direitos humanos.** [S.l.:s.e.], 2019.

XAVIER, Érico Tadeu. O imperador Constantino: Breve estudo da sua vida, influência e contribuições para o Cristianismo. **Monumenta**, Paraíso do Norte, v. 3, n. 1, p. 63-75, set. 2021.